INTRODUÇÃO

Simón Bolívar foi um sonhador. “El Libertador” não se contentou com a conquista da independência da Espanha, no século XIX. Queria mais para a sua pátria Venezuela e para o continente: a liberdade do jugo colonial e de todas as formas de dominação. Bolívar queria uma América Latina integrada, próspera, detentora de seu destino, livre das amarras.

A América Latina – a real e a sonhada por Bolívar – passou por profundas transformações nesses 500 anos de colonização branca. Só que, tão diferente, continua tão igual.

O dominador não é mais o colonizador espanhol, mas o império econômico. A exploração do ouro deu lugar à violenta exploração, capitalista, representada pela eterna dívida externa, a remessa de dinheiro para os países ricos, a exploração dos recursos naturais, a submissão da imensa maioria da população. Mudaram as relações políticas, num jogo de alternância de governança. Estabeleceram-se novas relações de poder, com destaque para o poder midiático, nas mãos dos grandes conglomerados de comunicação.

Os meios de comunicação são importantes agentes de socialização do indivíduo a seu grupo social. Não os únicos, mas com certeza os que levam mais eficaz e rapidamente a informação política de âmbito coletivo ao âmbito individual. São eles que fazem a ponte das ruas para os lares, dos gabinetes para a rotina das fábricas, dos congressos às vielas das favelas, dos centros de poder aos morros e periferias.

O que eles difundem e o modo com que o fazem influi nas crenças do público a respeito do que é e do que deveria ser a vida. Por isso, muitas estratégias políticas, na atualidade, se fazem desde a comunicação, que passa a ser o aspecto central e não mais um aspecto complementar.

Os meios de comunicação são, na contemporaneidade, os mais importantes espaços públicos onde se dão as negociações de diferenças sociais. E, na condição de lugar de representatividade social, consubstancia-se ele próprio em uma organização social, onde é jogado o jogo do poder.

É assim em toda a América Latina, onde os meios de comunicação social – comerciais, públicos e comunitários-populares – desempenham, nos últimos cinqüenta anos, papel principal na formação da agenda política, social, econômica e cultural do país.

No Brasil, os meios de comunicação social de caráter privado e comercial deixaram de ser meros reprodutores de informação para tornarem-se, eles mesmos, atores principais da cena política do país. Compõem uma das maiores forças econômicas do país, não apenas em relação à concentração estrutural dos veículos, e sim, e principalmente, em relação ao poder que detêm.

Na Venezuela, a situação não é diferente. No país do petróleo e das praias paradisíacas, dos grandes centros comerciais e das favelas em morros, das *misses* e da imensa população indígena, verifica-se uma das maiores concentrações midiáticas do mundo.

É da dureza da realidade e da leveza do sonho que se faz realidade que trata a presente pesquisa: os processos de comunicação na América Latina. O título é: *"O cerco rompido. Do monopólio dos meios de comunicação à participação popular no Brasil e Venezuela"*

O ponto de partida é a análise dos meios de comunicação social produzidos e utilizados por movimentos sociais organizados. O foco principal deste trabalho está no Brasil e na Venezuela, esta última terra de Bolívar, país que nas duas últimas décadas se apresenta como uma inovadora expressão de resistência ao modelo neoliberal em meio à globalização.

Diante da complexidade do tema da comunicação, em um continente da amplitude da América Latina e em um contexto de profundas transformações ainda não refletidas a contento, este trabalho não se propõe abordar todos os aspectos que envolvem a relação entre os movimentos sociais organizados, o Estado e outros setores da sociedade, dita sociedade civil, a partir da intermediação dos meios de comunicação social.

O objetivo é outro: compreender como se dá essa relação, quais interesses estão envolvidos e em que arena e com qual cenário se dá o jogo de força da política comunicacional. É uma busca de se somar a inúmeros outros olhares sobre a realidade latino-americana, tomando a lente da comunicação para ampliar a observação sobre uma realidade em construção.

Diante das inúmeras variáveis possíveis para esse estudo, a autora optou por adotar o horizonte da dialética. Só ela é capaz de compreender e analisar a realidade originada pelo advento da globalização neoliberal, que agudizou a hierarquização do mundo, deixando cada vez mais evidente a separação entre países dominadores e países dominados, entre pobres e ricos, entre detentores da informação e consumidores passivos, entre exploradores e explorados.

Ao não optar pelas correntes teórico-metodológicas clássicas da comunicação, em especial as teorias funcionalistas-estruturalistas, que acabam justificando efeitos sem abordar o contexto histórico-concreto, este trabalho tenta mostrar a comunicação como um processo social em curso, que envolve a possibilidade de articulação da sociedade civil (entendida a partir de uma visão fundada em Antonio Gramsci) com a esfera pública, em um movimento dialógico de resistência-participação.

As referências para essa pesquisa a autora encontrou nos projetos e atividades desenvolvidos pelo Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc), fundado em 1996 e vinculado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em especial nas pesquisas relativas à influência dos meios de comunicação social nas culturas subalternas.

A fundamentação teórica está concentrada em duas vertentes: de um lado, os trabalhos de Maria Nazareth Ferreira, Dênis de Moraes, Muniz Sodré e Armand Mattelart, entre outros, que alinhados ao pensamento de Antonio Gramsci representam uma alternativa aos estudos no campo da comunicação social sob a ótica das classes subalternas. Concomitantemente, e também tomando por base uma teoria contra-hegemônica, foi analisado o advento da globalização neoliberal em curso e o surgimento de um movimento de reação social, constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais, nacionais e continentais. Essa concepção está presente nos estudos de Boaventura de Souza Santos, Milton Santos, Octávio Ianni e Emir Sader, entre outros.

A dissertação *"O cerco rompido. Do monopólio dos meios de comunicação à participação popular no Brasil e Venezuela"* foi elaborada a partir de um conjunto de entrevistas, realizadas na Venezuela em setembro de 2005 e em janeiro de 2006, e no Brasil, no ano de 2005. As observações do trabalho de campo, incluindo a participação da autora no6º Fórum Social Mundial, realizado na Venezuela em janeiro de 2006, foram confrontadas com o aporte teórico, visando atender os objetivos propostos, a saber:

1. Propor uma abordagem que permita identificar estratégias de resistência, na América Latina, às ações hegemônicas decorrentes do processo de globalização do capital, a partir do movimento pela democratização da comunicação e da utilização de *mass media* comunitários.

2. Analisar a conformação histórica de nações latino-americanas como pólos de desenvolvimento do capitalismo, a fim de entender a estruturação dos grandes conglomerados de mídia e sua função no modelo econômico dominante; investigar o desenvolvimento do processo de globalização neoliberal e o surgimento do movimento contra-hegemônico, a fim de compreender novas dinâmicas políticas, sociais e culturais no processo histórico; e, por último, analisar o papel do Estado nos dois países em estudo e suas relações com a sociedade civil organizada em movimentos sociais, a fim de entender a conformação de uma esfera pública alternativa e democrática.

O resultado está condensado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, TEMPO DE DÚVIDAS E MUDANÇAS, procura entender a complexa rede de relações estabelecidas com a globalização neoliberal e sua influência no continente latino-americano.

O capítulo 2, intitulado OS SENTIDOS DA COMUNICAÇÃO, ao buscar a relação entre Estado, esfera pública e a sociedade civil, lança um olhar sobre novas formas de configuração de poder, tomando como um de seus exemplos a resistência empreendida pelo Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a utilização que esse movimento faz dos meios de comunicação social.

O terceiro capítulo, UMA NOVA COMUNICAÇÃO É POSSÍVEL, procura revelar a conformação social, política e econômica da Venezuela, com ênfase na produção comunicacional empreendida pelos grandes conglomerados de comunicação. Neste capítulo também se avalia a correlação de forças sociais que dão ao país uma face mais participativa e solidária, a partir da emergência dos movimentos sociais populares.

O quarto e último capítulo, O ROSTO LOCAL E CONTINENTAL, traz uma análise, empreendida a partir de entrevistas feitas, sobre experiências comunicacionais transformadoras, que a autora considera bem sucedidas na Venezuela. Debruça-se também sobre dois projetos de integração latino-americana a partir da televisão: a TeleSur, na Venezuela e outros três países latino-americanos, e a TVBrasil, capitaneada pelo governo brasileiro.

Essas reflexões visam lançar um olhar diferenciado sobre duas realidades latino-americanas, em que despontam protagonistas ativistas e líderes de movimentos e organizações populares que aprenderam na resistência contra os poderes hegemônicos o saber prático que, afinal, faz mover e, mais do que qualquer outro, humaniza e dá sentido ao mundo.

1 . TEMPO DE DÚVIDAS E MUDANÇAS

1.1. A globalização neoliberal e a América Latina

Nos anos de 1940, o filósofo marxista alemão Ernst Bloch (1885-1977), durante seu exílio nos Estados Unidos, perguntava: se vivemos apenas no presente, por que ele é tão fulgaz? O que está sendo feito das utopias? Para onde caminha a esperança?[1]. Neste início do século XXI, as perguntas do autor de *O princípio esperança* continuam atuais: vivemos o fim da história e o fim das utopias, como pregam os apocalípticos de plantão? É esse um tempo de antiutopias e de sepultamento de sonhos? Consolida-se a era do pensamento hegemônico, que fecha as portas à pluralidade e à inteligibilidade das práticas sociais?

A utopia, uma categoria muito além da ilha imaginária dirigida por um sistema sócio-político ideal, concebida por Thomas Morus (1480-1535), na definição de Bloch está baseada no futuro, e, concretamente, em um futuro socialista, em que são afirmados novos direitos sociais e conquistadas as condições humanas de igualdade, dignidade e felicidade.

Ao voltar-se para o futuro, essa classificação de Bloch rejeita o entendimento de filósofos da Antiguidade, para quem a utopia era inacessível em qualquer tempo – impossível a realização da utopia no presente, do mesmo

1 Ernest BLOCH, *El principio esperanza*, Vol. I, p.49.

modo que foi no passado, e sem perspectivas de futuro.[2] Para Bloch, não. A utopia é concreta. E mais: não se resume a um projeto de caráter ideologicamente individualista, mas coletivo. Trata-se da idéia que indica mais que um sonho; é um programa feito por uma construção coletiva que desafia a mesmice de um presente insatisfatório.

Essa idéia de utopia-realidade coletiva, também defendida por Simón Bolívar, em seu sonho de uma América Latina integrada, vem sendo feroz e sistematicamente combatida no atual estágio de globalização.[3] O pai da independência latino-americana não poderia supor o processo de opressão por que passa o continente, quando fez o juramento de Monte Sacro.[4]

> Juro delante de usted; juro por el Dios de mis padres; juro por ellos; juro por mi honor, y juro por mi Patria, que no daré descanso a mi brazo, ni reposo a mi alma, hasta que haya roto las cadenas que nos oprimen por voluntad del poder español!

Essa era a utopia do *criollo*[5] Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios, que nasceu em uma tradicional família espanhola, em 1783, em Caracas, Venezuela. De formação européia e inspirado pela

---

2 O melhor exemplo é Platão, que nos *Diálogos* apresenta a utopia como "o lugar celeste onde moram as idéias".

3 Segundo Octávio Ianni, a Terra mundializou-se de tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação história. Para o autor, a globalização do mundo expressa um ciclo de expansão do capitalismo, como modelo de produção e processo civilizatório de alcance mundial, de maneira particularmente aberta no século XX. Adquire novas características com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a emergência de estruturas mundiais de poder, decisão e influência anunciam a redefinição e o declive do Estado-nação. As características do avanço da globalização incluem a internacionalização da produção, a globalização das finanças e seguros comerciais, a mudança da divisão internacional do trabalho, o vasto movimento migratório do Sul para o Norte e a competência ambiental que acelera esses processos. Para ele, trata-se de um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, cultura e civilizações. Cf.: Octávio IANNI, *A era do globalismo,* p.7; *A sociedade global,* pp. 23-24.

4 Credita-se o juramento a Simón Bolívar, que visitou Roma, em 15 de agosto de 1815, na viagem que fez para assistir a coroação de Napoleão como rei da Itália. O local escolhido, Monte Sacro, foi palco de uma ação de resistência civil dos pobres de Roma, em 494 a.C. A partir desse juramento, diz-se que Bolívar dedicou 20 anos de sua vida ao projeto de independência e de integração do continente.

5 Na vertente caribenha da língua espanhola, *criollo* é o branco, filho direto de espanhóis, que nasceu na colônia da Espanha. Na Venezuela, onde nasce Simón Bolívar, os *criollos* não detinham o poder político mas sim a posse da terra, os meios de produção e a riqueza do país.

determinação de Napoleão Bonaparte que conquistava a Europa, Bolívar participou da revolução venezuelana pela independência da América espanhola, a partir de 1810. Em 1820, passou a alimentar o projeto da unificação continental, com a criação da República da Grande Colômbia, abrangendo os atuais territórios da Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá.

Em uma carta ao general Santander, em 19 de junho de 1820, ele escreveu: “O presente já passou, o futuro é a propriedade do homem, pois ele sempre vive lançado na região das ilusões, dos apetites e dos desejos. Formemos portanto uma pátria em toda a costa e tudo o mais será tolerável”.

Quase 200 anos depois do juramento de Bolívar e da carta a Santander, outro projeto, integracionista de fachada mas desintegrador na essência, tenta seduzir a América Latina: a globalização neoliberal impõe uma mesma agenda política, econômica e social que provoca a mundialização da pobreza, a ruptura de canais de participação política cidadã, a destruição da natureza, de povos e suas culturas, e, sub-repticiamente, impõe o discurso que prega saídas individuais para uma crise também ela global.

Os ideólogos do fim da História vêem um mundo egoísta. Defendem que o apogeu do processo de internacionalização do mundo capitalista traz como conseqüência inevitável o fim das articulações solidárias, das redes de ajuda mútua, das instâncias de decisão compartilhada, da democratização da informação e da cultura, que são em sua essência os direitos fundamentais de todo povo e sociedade.

Uma das faces mais cruéis da globalização e do projeto econômico neoliberal[6] é a mundialização da pobreza, que no continente latino-americano pode ser traduzida em números: hoje, 40,6% dos latino-americanos vivem em situação de pobreza, enquanto 16,8% estão na condição de miséria absoluta;

---

6 No presente trabalho, a autora traça uma distinção entre a globalização, entendida como um processo de internacionalização do mundo capitalista, e o projeto econômico neoliberal globalizador, de retomada das teses clássicas do liberalismo econômico. Esta diferenciação está problematizada no decorrer deste Capítulo 1.

226 milhões de pessoas sobrevivem com menos de 2 dólares por dia na América Latina e há 400 milhões de pobres e 102 milhões de indigentes.[7]

São efeitos de 500 anos de colonização depredadora e, a partir da segunda metade do século XX, de uma ofensiva "global" que, sob a égide de uma suposta "integração" de mercados, submeteu o continente a uma neocolonização com efeitos devastadores sem precedentes.

Não se trata apenas dos males econômicos e sociais. É relevante a destruição cultural e identitária do continente. É a isso que se refere Emir Sader ao afirmar que "nós nascemos para a história oficial como colonizados e, sob esta forma, recebemos não apenas crucifixos, miçangas e armas apontadas para nossas cabeças, como a nossa própria identidade".[8] Na introdução de *A comunicação (des) integradora na América Latina. Os contrastes do neoliberalismo,* o autor alerta que

> foi-nos imposto um tipo de relação em que, ao invés de nos relacionarmos como as outras civilizações, fomos estigmatizados como "bárbaros" e nos devolveram essa imagem através de um espelho forjado com nossas próprias matérias-primas. Em vez de olharmos para o mundo como quem olha pela janela de uma casa como outras, fomos levados a olhar para aquele espelho.[9]

O espelho do neoliberalismo distorce a realidade. E o reflexo transmutado só é possível graças à potencialidade da luz dos grandes meios de comunicação social, os novos mercadores da realidade que vendem suposições como fatos, mentiras como verdades, fraudes como ideais, tudo em nome dos interesses de uma elite agarrada ao poder.

Na contemporaneidade, se os meios de comunicação afirmam, está estabelecido; se ignoram o fato, é como se não existisse. Foi isso o que

---

7 BANCO MUNDIAL, *Desigualdad en América Latina y el Caribe.* Ruptura con la história?. Disponível em: < http://wbln0018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/>. Acesso em: 02/09/2004.

8 Emir SADER, "A janela e o espelho". In Maria Nazareth FERREIRA, *A comunicação (des) integradora na América Latina.* Os contrastes do neoliberalismo, p.13.

9 Idem, p.14.

aconteceu entre 22 e 29 de janeiro de 2006, quando foi realizado o 6º Fórum Mundial Social, que reuniu 300 mil pessoas em Caracas, na Venezuela. O encontro de ativistas políticos e representantes de setores progressistas da sociedade civil[i] organizada de todo o continente americano esteve solenemente ignorado nas coberturas jornalísticas de todo o mundo, em especial na América Latina, e mais especialmente ainda no país sede da reunião. Enquanto isso jornais, rádios, televisões e sites de Internet dedicavam espaço privilegiado para a cobertura do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, no mesmo período.

O jornalista Aram Aharonian classifica essa distorção como uma "realidade virtual mediatizada":

> Os meios elegem os atores – quem é o protagonista e quem é o antagonista. Escrevem o argumento, fixando aquilo que deve ser informado e sobre o que se opina. E, para concluir, determinam o final da novela. Sem dúvida, o pluralismo de opiniões dentro do meio e o pluralismo de meios dentro da sociedade assegurariam a democracia e até mesmo a inteligência. Mas o monopólio da comunicação faz com que o ser humano retorne ao obscurantismo, a um mundo virtual diante da realidade.

Ojornalsita associa os meios de comunicação tem que ver ao futuro de nossas democracias. Hoje em dia, a ditadura midiática tenta suplantar a ditadura militar. São os grandes grupos econômicos que usam os meios e decidem quem tem ou não a palavra, quem é o protagonista e o antagonista. O verdadeiro é que ainda não assumimos que o discurso comercial – bombardeado através de informação, publicidade e cultura de massas, com um mesmo vasilhame, disfarçando-o de realidade ou de fatos naturais – é também um discurso ideológico, agressivo, limitante da liberdade de cidadão.

1.2. Tempo de certezas e tempo de incógnitas

O mundo globalizado é um mundo de incógnitas. As dúvidas existem no campo do imaginário e da realidade. Remonta a estruturas políticas, geográficas, econômicas, sociais, tecnológicas e culturais, que substanciam o processo de internacionalização do mundo capitalista.

Quatro fatores contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual. O primeiro é o desenvolvimento de um sistema único de técnicas, presidido pelas técnicas da informação, com expansão planetária. Nesse âmbito, estão o setor de comunicação de massas e suas novas tecnologias de informação.

O segundo fator é a convergência do tempo e do espaço, simbolizada pelo advento da Internet, que rompeu as noções de temporalidade e espacialidade. Ressurge daí o conceito de mundo aldeia-global, tal qual um filme de ficção científica em que, do Brasil, é possível “visitar” o Museu do Louvre ou acompanhar, em “tempo real”, as manobras espaciais de uma nave na Lua.

O terceiro aspecto a ser analisado na arquitetura da globalização é o protagonismo da mais valia internacional, que substitui as especificidades econômicas e políticas localizadas. Um exemplo é o chamado mercado global, que envolve a mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação.

O quarto e último fator que compõe a globalização é a capacidade de conhecer em profundidade o planeta, cada vez mais povoado e cada vez menor.[10]

A marca principal desse processo em andamento é a internacionalização da economia. O projeto de globalização econômica já tinha sido previsto por Marx, para quem o sistema industrial, que predominava na Inglaterra da primeira Revolução Industrial, no século XIX, se espalharia por todo o mundo. No prefácio de *O Capital*, Marx afirma que "com o tempo, se intensificará o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o

---

10 Cf. Milton SANTOS, *Por uma outra globalização.* Do pensamento único à consciência universal, pp. 24-33.

caráter internacional do regime capitalista".[11] Trata-se do mesmo tema que o autor alemão já tinha abordado em *A ideologia alemã*, em que constata a forma como o mercado mundial e seu vai-vem transforma o modo de vida dos homens, de acordo com a dinâmica dos preços internacionais e a interconexão entre os diferentes sistemas produtivos.[12]

O conturbado século XX foi o cenário para a concretização da globalização neoliberal, a partir da expansão do capitalismo desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, posteriormente, a partir do esgotamento do longo ciclo expansivo do capitalismo, com a crise do petróleo de 1973. Com o ressurgimento das propostas liberais *keynesianas*[13], a ideologia dos interesses do mercado ressurge e torna-se hegemônica, desta vez identificada com o dinamismo e a chamada liberdade econômica.[14]

Alguns autores consideram mera coincidência o fato de serem latino-americanos os dois primeiros países a servirem de laboratório de concretas políticas neoliberais. O primeiro foi a Bolívia, sob a presidência de Hugo Banzer Suarez, que a partir de 1971 abriu a economia do país ao mercado externo e viu se esvaírem as riquezas naturais, em especial o gás. O segundo país-laboratório foi o Chile, sob a ditadura do general Augusto Pinochet, que derrubou o socialista Salvador Allende em um golpe de Estado em setembro de 1973. Contudo, não é coincidência o alarmante crescimento dos índices de miséria nos dois países, a partir dos anos 70 do século XX: 70% da população boliviana e 63% da população chilena vivem abaixo dos índices de pobreza determinados pela Organização das Nações Unidas.

A partir dos anos 70, as políticas neoliberais implementadas na América Latina passaram a impor o combate à inflação como condição *sine qua non* para o crescimento econômico, a distribuição de renda e o avanço tecnológico.

---

11 Karl MARX, *O Capital.* Crítica da Economia Política, vol. II, p.293.

12 Cf. Karl MARX; Friederich ENGELS, *La ideologia alemana.*

13 A referência teórica do liberalismo econômico está no trabalho de Adam Smith e na corrente de pensamento que defende o crescimento da economia a partir da liberdade da livre iniciativa, da livre circulação de riqueza, da valorização da economia de mercado. A referência às teses keynesianas está ligada às teorias liberais desenvolvidas pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), de que o Estado é apenas regulador da economia e agente passivo do desenvolvimento da economia capitalista.

14 Cf.:Emir Sader, *Os porquês da desordem mundial.* Mestres explicam a globalização, p.19.

Com a eleição de Margareth Tatcher, em 1979, para primeira ministra na Inglaterra, e de Ronald Reagan, em 1980, para presidente dos Estados Unidos, o neoliberalismo foi assumido como modelo hegemônico em escala mundial.

> Generalizaram-se, contando com o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, as políticas de liberalização econômica e financeira, com desregulamentação, privatização, aberturas das economias para o mercado mundial, precarização das relações de trabalho e retração da presença do Estado na economia.[15]

Em um documento de 1992,[16] a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU), sustentava que o desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe, na década de 90, deveria "harmonizar" as múltiplas relações existentes entre a transformação produtiva com eqüidade e outras preocupações, como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento da infraestrutura educativa em sintonia com essas transformações e o papel que a "integração econômica" desempenharia no desenvolvimento futuro da região, incluindo aí o desenvolvimento tecnológico. E, em seguida, destacava sua tese central: de que "é possível conciliar crescimento, equidade e democracia".

Em 2004, doze anos depois, em um relatório sobre economias abertas, o organismo voltou a apresentar o continente latino-americano como uma s*hangrilá* do liberalismo econômico, pois "nas duas últimas décadas, a América Latina e o Caribe apostaram com força na economia global, já que foi a região do mundo em desenvolvimento que adotou com maior decisão os programas de liberalização econômica". [17]

Ao defender a necessidade de uma "integração econômica" do continente, a Cepal e outras agências e organismos mundiais oficiais,

---

15 Emir SADER, op. cit., pp.20-21.

16 CEPAL, *Equidad y transformación productiva: un enfoque integrado*. Disponível em: < http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/3/4373/P4373.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl>. Acesso em: 28/09/2005.

17 CEPAL, *Desarrollo productivo en economias abiertas,* 1/06 2004, p. 15.

acadêmicos ou de imprensa, estrategicamente escondem o verdadeiro cerne da questão: depois de cinco séculos de submissão, a América Latina continua a ser vista como o quintal dos países ricos. É encarada como terra cujos recursos – esgotáveis – devem servir unicamente aos interesses das grandes economias e do capital, que vive hoje sua última grande utopia.[18]

O economista José Luís Fiori critica a visão estruturalista simplista, que ergue um altar ao mercado, como se o capital não fosse, desde sua origem, sempre internacional. Para ele, devem ser derrubados quatro falsos conceitos centrais, divulgados como verdades absolutas e que resumem essa utopia globalizante:

> A primeira idéia é de que o progresso tecnológico e a força dos mercados, dos indivíduos consumidores e investidores – ou, se quiserem, a força do mercado e o cálculo racional dos indivíduos consumidores e investidores – impuseram uma derrota definitiva, incontornável e irreversível sobre o mundo perverso dos conflitos entre interesses, ideologias e vontades políticas. A segunda idéia central dessa utopia é que essa mesma força impositiva e vitoriosa da técnica e dos mercados atravessou as fronteiras dos Estados, reduzindo-os à função menor de administração de algumas poucas coisas. A terceira idéia que me parece central é a de que essas novas tecnologias reduziram a importância do mundo do trabalho e o fragmentaram de tal forma que provocaram uma lenta, paulatina e definitiva dissolução das classes sociais associadas ao capitalismo industrial. A quarta idéia, finalmente, é a de que o conjunto dessas transformações já está provocando – mas sobretudo, prometendo para breve, talvez 2015, data que agora está na moda! – um futuro luminoso em que o desenvolvimento e a difusão tecnológica universal promoverão a convergência e a homogeneização crescentes da riqueza das nações e a paz cada vez mais duradoura entre os Estados.[19]

---

18 José Luís FIORI, *Brasil no espaço,* p.17

19 Idem, p.18.

Uma coisa é certa: a globalização neoliberal provocou, em índices nunca vistos, a propagação desenfreada da pobreza, penalizando de forma aterradora os países do Sul. Tal destruição só pode ser comparada ao genocídio que dizimou quase um milhão de indígenas no período colonial espanhol e português.

Hoje, paralelamente ao aumento brutal da exploração dos trabalhadores, verifica-se o crescimento sem precedentes da exploração das economias dominantes – eufemisticamente chamadas "economias dos países ricos" – sobre as economias dominadas – a dos chamados países pobres. Ou seja, tanto a exploração dos operários quanto a exploração imperialista não poderiam ter sido aprofundadas se o capital não fosse capaz de se apropriar de novas condições tecnológicas e produtivas para, em seguida, ampliar o crescimento global.

É o tempo do Império. Um estudo do economista Márcio Pochmann mostra que os oligopólios mundiais dominam os principais mercados, como é o caso do setor de computadores, com apenas dez empresas controlando 70% da produção, ou de 10 empresas que respondem por 82% da produção de automóveis, ou de 8 empresas que dominam 90% do processamento de dados, ou de 8 empresas que dominam 71% do setor petroquímico, ou ainda de 7 empresas que respondem por 92% do setor de material de saúde.[20] Diante desse quadro, chama a atenção o fato de as empresas transnacionais estadunidenses ocuparem os primeiros lugares na lista das indústrias militares relacionadas com a guerra: das 11 mega-empresas desse setor, 9 são dos Estados Unidos e da Europa.

Um dos pilares que sustenta a "supremacia global" dos grandes centros industrializados é o alto nível de transferências de recursos, pagamento das dívidas e de *royalties* de suas respectivas áreas colonizadas. Apenas no caso da América Latina, mais de 700 bilhões de dólares foram transferidos como pagamento a bancos e transnacionais dos EUA e Europa, entre 1990 e 1998.[21] Dessa data até 2005, foram transferidos outros U$ 300 bilhões de dólares aos

---

20 C.f. Marcio POCHMANN. *O emprego na globalização – A nova divisão internacional do trabalho.*

21 C.f. James PETRAS. El mito de la tercera revolución científico-tecnológica en la era del imperio neo-mercantilista. In: *Rebelión*. Disponível em: <http://www.rebelion.org/petras/revcient280701.htm >. Acesso em: 29/22/2005.

organismos credores. Desde que os planos de liberalização econômica e abertura financeira começaram a ser aplicados na América Latina, a região perdeu 2% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Ou seja, as riquezas produzidas na América Latina estão destinadas ao pagamento de uma dívida já paga, enquanto aumenta a pobreza estrutural interna, que nas palavras de Milton Santos[22] significa

> uma pobreza estrutural globalizada, resultante de um sistema de ação deliberada... Essa produção maciça da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza.[23]

1.3. Possibilidade de ruptura histórica

Hoje, mais do que em qualquer outra época da História, verifica-se uma ruptura da sociedade, em dois grupos: de um lado, aqueles que comandam os processos de criação e de destruição, que estão por detrás da globalização hegemônica; de outro lado, a esmagadora maioria da população mundial, que neste momento sofre a exclusão, a desigualdade, efeitos da polarização entre ricos e pobres. [24]

---

22 Milton SANTOS, *Por uma outra globalização*.Do pensamento único à consciência universal, p. 72.

23 Ibid., pp.72-73.

24 Essa idéia é defendida por Boaventura de SOUZA SANTOS, em *Pela mão de Alice.* O social e o político na pós-modernidade,pp 9-13. Nesta obra, autor se debruça sobre as novas formas de regulação social e os paradigmas societais advindos do processo de globalização neoliberal. Neste trabalho, optou-se pela utilização dessa análise

O geógrafo Milton Santos definiu a globalização como o momento da história que consagra o reino do efêmero e abre espaço, tornado excessivo, às demandas de um saber prático em detrimento do saber filosófico. Arauto da utopia em um novo mundo possível, Santos reconhece a globalização em três instâncias. A primeira é o mundo globalizado apresentado como fábula com final feliz, a partir da qual um certo número de fantasias, apresentadas repetidamente, leva à consolidação da sua interpretação. Característica desse mundo da globalização "do bem" é o mito da grande aldeia global, sem distâncias ou limites, acessível a todos. Na verdade, a "aldeia" é global apenas para alguns, pois a grande massa da população não tem acesso nem mesmo à sua aldeia local.

A segunda instância é a que apresenta o mundo tal como ele é, ou seja, o da globalização como perversidade. É o mundo onde o desemprego crescente torna-se crônico, onde a pobreza aumenta e a classe média perde qualidade de vida, onde o salário médio tende a baixar, a fome e o desabrigo se generalizam e novas doenças se instalam, "uma perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade e que tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas".[25]

Por fim, Santos apresenta a globalização como possibilidade, ou seja, o mundo como ele poderá ser, a partir da organização popular e da elaboração de um novo discurso, que possibilite constatar a existência de uma universalidade empírica.

Seja qual for o olhar que determina a captura dessa nova ordem mundial, uma coisa é certa: a globalização criou uma realidade baseada em perplexidades em âmbito mundial, que Boaventura de Souza Santos classifica em cinco grandes grupos.

O primeiro é a da predominância de problemas de natureza econômica, como inflação, desemprego, taxas de juros, déficit orçamental, crise financeira

---

sociológica que, embora não se debruce especificamente sobre a realidade latino-americana, permite uma ampla compreensão da transformação das sociedades ao longo de diferentes períodos do capitalismo.

25 Milton SANTOS, op. cit.,pp.19-20.

do Estado-providência, dívida externa, questões de integração regional, protecionismo etc.

O segundo grupo a que o autor se refere é o da "dramática intensificação das práticas transnacionais, da internacionalização da economia à trans-localização maciça das pessoas como migrantes ou turistas, das redes planetárias de informação e de comunicação à trans-nacionalização da lógica do consumismo destas transformações".[26]

As outras três perplexidades são do retorno ao individualismo em detrimento do pensar e agir coletivo; a de um surpreendente consenso em torno do paradigma da democracia enquanto se fecham canais de participação civil; e a desterritorialização das relações sociais a partir da intensificação da interdependência transnacional e das interações globais.

No campo das ciências sociais, com a globalização ganha força a corrente funcionalista que, ao pregar o equilíbrio, o consenso e a conseqüente falta de conflitos, impossibilita a abordagem dos problemas de domínio e de mudança social.

Ao pretender a "absoluta objetividade", essa corrente incentiva as relações harmoniosas entre as diferentes partes de um sistema social que se manifesta desigual e irreverente em suas relações de propriedade, da riqueza, de distribuição dos bens produzidos, consolidando as relações inabaláveis de poder.

Já no campo da cultura, que Nestor García Canclini define como "o conjunto de processos material-simbólicos através dos quais se compreende, reproduz e transforma a estrutura social"[27], processam-se grandes mudanças.

Em uma época em que se rompem as fronteiras de Estado-território, em que o desenvolvimento planetário de um sistema industrial, tecnológico, financeiro e industrial não está apenas em uma nação e sim em uma complexa rede de estruturas econômicas e ideológicas, o sistema se apóia menos na internacionalização do capital dos países centrais que na convergência de

---

26 Boaventura de SOUZA SANTOS, op. cit., pp.20-21.

27 Nestor García CANCLINI ; Rafael RONCAGLIOLO. *Cultura transnacional y culturas populares,* p.25

empresas transnacionais, relativamente autônomas dos países de origem e capazes de adaptar seus produtos a mercados diversos.[28]

Essa mudança tecnológica traz muitos problemas: a agudização da distância entre metrópoles e países dependentes na formação de quadros intelectuais e na expansão educativa, o controle externo do tipo de desenvolvimento, a programação massiva e centralizada das culturas locais, a dificuldade para definir de forma autônoma os modos de participação social segundo a história cultural e política de cada nação.[29]

O caráter transnacional do sistema se afirma, hoje, através da reorganização da informação e da comunicação. Na América Latina, essa mudança tecnológica tem como cenário privilegiado os meios de comunicação, monopolizados pelas grandes corporações internacionais, que controlam 96% dos fluxos de conteúdos mundiais.

A concentração da comunicação – seja ela horizontal, vertical, cruzada e em cruz[30] – também é evidente nos números apresentados por Jaime Astudillo Romero, a partir de dados de Howard Frederick: 95% de todos os computadores estão nos países desenvolvidos. Cerca de 60% da população mundial experimentam uma carência aguda de livros. Um leitor do *New York Times* consome mais páginas de jornal a cada domingo que um africano médio por ano. Os Estados Unidos e a Comunidade dos Estados Independentes, com apenas 15% da população mundial, ocupam mais de 50% da órbita geoestacionária; o Terceiro Mundo ocupa menos de 10%. Dez países desenvolvidos, com 20% da população mundial, têm quase três quartos das linhas telefônicas.[31]

---

28 Idem, p.25.

29 Idem. p. 26.

30 Diversos autores classificam a concentração em quatro modelos: 1- a concentração horizontal, constituída pela monopolização ou oligopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor; 2- a concentração vertical, traduzida pela integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição; 3- a concentração cruzada, ou seja, a propriedade, pelo mesmo grupo, de diferentes mídias do setor de comunicações; e 4 – o monopólio em cruz, ou monopólio tentacular, ou seja, a reprodução, em nível local e regional, dos oligopólios da "propriedade cruzada".

31 Jaime Astudillo ROMERO. *Globalização e integração cultural regional*. In Maria Nazareth FERREIRA (org.). *Cultura, comunicação e movimentos sociais,* p. 69.

Para Santos, a globalização procura impor o discurso único, utilizando como fundamento a informação e seu império, que "encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põe ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal". Em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, o autor diz que, para isso

> [...] contribui uma indústria editorial cada vez mais inclinada à busca do lucro, em detrimento da qualidade das obras e ao elogio da banalidade, com a fabricação de *best-sellers* de retorno garantido e, também, com a síndrome do *show business* que agora acompanha as atividades propriamente intelectuais, ameaçando-as de prostituição desde a origem. São, também, cada vez mais freqüentes as manifestações organizadas como grandes promoções e nas quais é difícil às estrelas escapar à condição de um produto oferecido, uma marca, uma grife, cuja presença apenas legitima a ocasião. Hoje, a moda cruel no *marketing* de idéias é dar a palavra a um oponente, a pretexto de democratizar o debate, enquanto o grosso da tropa fala de outra coisa, isto é, do que realmente conta.[32]

A alternativa para promover significativas mudanças nos caminhos da globalização, segundo Santos, está nos movimentos sociais, protagonistas das principais lutas de resistência contra o neoliberalismo. Sobre isso não faltam exemplos: os Fóruns Sociais Mundiais realizados desde o ano 2001, as lutas indígenas na Bolívia, Equador, México e Peru, o movimento operário na Argentina e Chile, a oposição legitimada pelo voto na Venezuela e o movimento camponês no Brasil.

1.4. O quintal silencioso do Império

A nova configuração mundial, que alguns teóricos tentam impingir como de "integração democrática planetária", "planetarização" ou "mundialização",

---

32 Milton SANTOS. "A vontade da abrangência". In: *Mais!, Folha de S.Paulo*, 20 de junho de 1999.

mas que não passa, nas palavras de Muniz Sodré[33], da contemporaneidade do antigo colonialismo em escala mundial ou "planetarista", faz emergir a centralidade dos complexos comunicacionais, entendidos aqui não como meios mas como um processo de produção e circulação de informação.

A mídia ganha tal importância no processo de globalização que é chamada, por Ianni, de "príncipe eletrônico"[34], referência contemporânea ao "Príncipe"[35], de Maquiavel. Para Ianni, a figura do "príncipe eletrônico" apresenta-se como uma "entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial".[36]

A globalização neoliberal altera quantitativa e qualitativamente, de forma continuada, e às vezes de modo simultâneo, as formas de sociabilidade, com novas tecnologias eletrônicas impregnando generalizadamente todas as esferas da sociedade nacional e mundial. Ou seja, a globalização neoliberal só pode ser entendida a partir da percepção da existência do "príncipe eletrônico" que tudo controla, tudo ouve, tudo vê. Trata-se de uma nova forma de hegemonia na sociedade burguesa, sem a qual seria difícil compreender a teoria e a prática da política na época da globalização. De acordo com Ianni,

> o príncipe eletrônico pode ser visto como o intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes, em escala nacional e mundial. Em alguma medida, esses grupos, classes ou blocos de poder dispõem de influência mais ou menos decisiva nos meios de comunicação, informação e propaganda, isto é, na mídia eletrônica e impressa.[37]

---

33 Muniz SODRÉ. "O globalismo como neobarbárie". *In:* Dênis de MORAES (org.). *Por uma outra comunicação.*Rio de Janeiro: Record, 2004.

34 Cf. Octavio IANNI*. Enigmas da modernidade-mundo.*

35 Em *O Príncipe*, através da figura do líder político, Maquiavel revela a forma pela qual o poder do Estado é exercido sobre o povo. A partir desse conceito, Antônio Gramsci desenvolveu o conceito de "príncipe moderno" para definir o partido político, como agente da vontade coletiva. Tanto Maquiavel quanto, posteriormente, Gramsci, trabalham com os conceitos de hegemonia – ou seja, dominação por consenso – e soberania.

36 Octavio IANNI, op. cit., p.148.

37 Idem, p. 165.

A reflexão sobre o poder da mídia no processo de globalização neoliberal remete, de novo, à realidade da acentuada agudização da pobreza no planeta. Os ricos estão cada vez mais ricos. Os pobres, cada vez mais explorados. Acentua-se a dicotomia que opõem os "com" – com poder, com direitos, com controle da riqueza – aos "sem" – sem-terra, sem-teto, sem-pátria, sem direitos, sem cidadania e sem-esperança.

Vive-se um estado de caos social, político, institucional e mental. Recorrendo à idéia de "nova desordem mundial", formulada por Kenetth Jowit, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman destaca uma das características da globalização[38]: o fim da noção do total controle, inclusive do controle da informação.

Segundo Bauman, ninguém parece estar no ou ter a direção a tomar, característica que gera no cidadão a impressão – ou sentimento – de que as coisas estão "fugindo do controle". Ou seja, esse caráter caótico da globalização reflete a freqüente fraqueza dos agentes ordenadores habituais tidos como seguros, entre eles o Estado, entendido não como espaço territorial mas como elemento aglutinador de soberania. Associa-se a isso a "porosidade" das economias nacionais e a disseminação das regras de livre mercado.

Bauman recorre às palavras de John Kavanagh, do Instituto de Pesquisa Política de Washigton, para explicar a agudização da pobreza no mundo:

> A globalização deu mais oportunidades aos extremamente ricos de ganhar dinheiro mais rápido. Esses indivíduos utilizam a mais recente tecnologia para movimentar largas somas de dinheiro mundo afora com extrema rapidez e especular com eficiência cada vez maior. Infelizmente a tecnologia não causa impacto nas vidas dos pobres do mundo. De fato, a globalização é um paradoxo: é muito benéfica para muito poucos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial.[39]

---

38 Zygmunt BAUMAN. *Globalização. As conseqüências humanas*, p. 66.

39 Citado por Graham BALLS e Milly JENKINS, "To much for them, not enough for us", *Independent on Sunday*, 21 de julho de 1996. Ver em Zygmunt BAUMAN, op.cit, p.79.

Essa exclusão gera o que o autor chama de “refugo humano”, os párias da modernidade, “seres inválidos” que, se desaparecessem, “trariam benefícios para a paisagem social, tornando-a mais uniforme, harmoniosa e segura”. Conforme Bauman, da mesma forma que os restos materiais são um subproduto da produção, o refugo humano – as “vidas desperdiçadas” – é um subproduto inevitável da modernidade. As tais "vidas desperdiçadas" consistem, essencialmente, no efeito colateral da construção da ordem e do progresso econômico.

> A produção do “refugo humano” ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (ou “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis”) e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência)[...][40]

E, a seguir:

> [...] A globalização se tornou a terceira – e atualmente a mais prolífica e menos controlada – “linha de produção” de refugo humano ou de pessoas refugadas. Também deu nova roupagem ao velho problema e encheu-o de um novo significado e de uma urgência sem precedentes.[41]

Durante a maior parte da história moderna, a distribuição do refugo era, do ponto de vista dos países desenvolvidos, apenas uma questão de

---

40 Zygmunt BAUMAN. *Vidas desperdiçadas*, p.12.

41 Idem, pp.13-14.

recolocação – mais precisamente, de exportação de "mão-de-obra excedente" para as partes do planeta que permaneciam total ou parcialmente intocadas pelas pressões modernizadoras.

O Brasil é exemplo disso: a partir dos anos 50 do século XX, o fenômeno de urbanização das grandes cidades gerou uma legião de sem-nada. Mais recentemente, fruto da aplicação de políticas neoliberais dos presidentes Fernando Collor de Mello (1989-1992) e das duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), houve o total esgarçamento do tecido social, relegado ao porão da vida pública enquanto o país era vendido a grandes grupos empresariais, numa criminosa operação de privatização de empresas públicas.

Assim como nas grandes cidades brasileiras, todo o planeta “está cheio" – a modernização progrediu de modo triunfante, atingindo os cantos mais longínquos do globo, e não há escoadouros prontamente disponíveis para a "reciclagem" ou a "remoção" segura do “lixo humano”. Como o volume de “sujeira” supera a atual capacidade gerencial, existe uma expectativa plausível de que a modernidade pereça sufocada nos próprios dejetos.

O excesso de informação vazia, sem conteúdo ou distorcida, faz parte dessa grande lata de lixo da globalização. A quantidade de informação é grande demais para ser descarregada nos cérebros humanos, nas bibliotecas, nas páginas de jornais ou nas telas da TV. Essa sobrecarga de informação serve a interesses não declarados oficialmente: transformar mentes e formar opinião pública, atendendo a interesses de quem domina a informação, ou, conforme Ignácio Ramonet, suprindo a política de controlar toda a rede de informação, já que a comunicação é considerada, pelos oligopólios, “uma mercadoria que se trata de produzir em massa, prevalecendo a quantidade sobre a qualidade”.[42]

1.5. Do mercado ao poder totalitário

42 Ignácio RAMONET, *A tirania da comunicação*, pp 128-129.

A lógica neoliberal é devastadora de sentidos e de produções. Na América Latina, espoliada de seus recursos produtivos e naturais, merece atenção especial a ação dos meios massivos de comunicação, que garantem o caráter transnacional do sistema. É a isso que se refere Maria Nazareth Ferreira ao analisar que, nos dias atuais, as novas formas de dependência estão baseadas nos múltiplos usos de instrumentais baseados em alta tecnologia e poder econômico:

> A influência do caráter transnacional da comunicação, adquirido por meio da reorganização eletrônica da informação, está transformando não só as concepções de vida, mas também os valores éticos, estéticos, artísticos e religiosos de populações antes restritas a uma localidade particular, com uma identidade cultural própria e bem definida que se expressava em sua cotidianidade.[43]

O avanço da globalização neoliberal no terreno ideológico cultural repousa, em larga medida, na capacidade da mídia de ocupar posição destacada no âmbito das relações produtivas e sociais. Ou seja, "a produção comunicativa e a construção da legitimação do Império [países centrais co capitalismo, em especial os Estados Unidos] marcham lado a lado e não podem mais ser separadas".[44]

A nova ordem econômica criada depois da Segunda Guerra Mundial determina um novo caráter cultural ao mundo. As empresas globais da comunicação vêm implementando, mediante sua força e grandes poderes a favor da estratégia globalizadora, um modelo dominante nos meios, baseado no serviço comercial, como parte da lógica de ser uma propriedade privada e dependente da publicidade, que provoca e conspira contra o aprimoramento dos meios de comunicação públicos.

O interesse das empresas midiáticas globais e as regionais é gerar ou criar uma cultura de meios em que o mercado de consumo está acima de

---

43 Maria Nazareth FERREIRA. (org.), *Globalização e identidade cultural na América Latina,* p.33.

44 Antonio NEGRI; Michael HARDT, *Império*, pp.52-53.

qualquer outro interesse. A publicidade constitui o meio para conseguir esse fim. Para Miérez, este fato

> [...] reflete a imposição de um modelo comercial sob os postulados do neoliberalismo, que se faz incompatível com a construção de uma verdadeira democracia participativa. Durante a década de 70 do século XX, como parte de uma estratégia econômica de dominação as empresas da comunicação de origem estadunidense estabeleceram no exterior mais de mil estabelecimentos, numero superior apenas a de empresas petroquímicas.
>
> O uso da tecnologia satelital provocou uma abertura da televisão global além do regional, local e nacional. Isto transformou a natureza dos fluxos televisivos. Hoje em dia, a programação é produto de uma cultura, comunicação e informação dissimulada e manipuladamente dominante que se faz parecer como algo próprio, natural, referencial ou a imitar. [45]

A comunicação hoje é o segundo setor com maior produtividade no mundo, atrás somente da indústria bélica e armamentista. De acordo com o banco de investimentos Veronis Suhler, os setores de informação e diversão foram os de crescimento mais rápido da economia estadunidense entre 1994 e 2000, à frente dos mercados financeiro e de serviços.

A mídia global está nas mãos de duas dezenas de conglomerados, com receitas entre 5 bilhões de dólares a 35 bilhões de dólares. Veicula dois terços das informações e dos conteúdos culturais disponíveis no planeta. Os megagrupos concentram desde os meios tradicionais (jornais, revistas, televisão e rádio) até os chamados novos meios (internet, DVD, TV interativa e de alta definição, sistemas de transmissão de dados via telefonia fixa e móvel), em uma rede que une a convergência dos setores de informática, telecomunicações e comunicação. [46]

---

45 Erick Rodríguez MIÉREZ, *Psicoterrorismo mediático.* Una amenaza a la soberanía nacional, p.3.

46 C.f.: Dênis de MORAES. *Por uma outra comunicação.* Mídia, mundialização cultural e poder, pp.193-195.

Os seis maiores conglomerados de comunicação no mundo são: AOL-Time Warner, Vivendi Universal, Disney, News, Bertelsmann e Viacom. Eles detêm o monopólio horizontal, vertical e cruzado de toda a produção simbólica no planeta. E a oligapolização das indústrias de informação e entretenimento consagram a liderança dos países ricos: os Estados Unidos ficam com 55% das receitas mundiais geradas por bens culturais e comunicacionais; a União Européia com 25%; e Japão e Ásia com 15%.

A América Latina, continente com quase 500 milhões de habitantes, fica com apenas 5% das receitas mundiais geradas por bens culturais e comunicacionais. Ou seja, a maior fatia de faturamento da rica produção cultural do continente é sugada pelas potências estrangeiras, uma fragilidade que Nestor García Canclini credita aos "desequilíbrios estruturais entre países ricos e periféricos, agravados pela voragem neoliberal, ao desmedido predomínio econômico e ideológico dos EUA e ao baixo investimento dos governos da região em ciência, tecnologia e produção industrial de cultura, resultando em escassa competitividade global e na difusão restrita, somente dentro de cada nação, da maioria dos filmes, vídeos e discos".[47]

Neste contexto de submissão cultural, o avanço significativo das novas tecnologias de comunicação determinam a circulação de informação a que o cidadão terá acesso. Os meios de comunicação de massa modelam a estrutura informativa latino-americana. São eles que veiculam valores e ideologias, compartilhados por nações desenvolvidas e absorvidos pelas elites dirigentes das nações latino-americanas, em total desarticulação e descompasso com o cotidiano vivenciado pelas maiorias populacionais da região, as classes subalternas, agora no contexto homogeneizador da proposta neoliberal.[48]

Para o professor de mídia Norman Solomon, que no âmbito do Fórum Social Mundial leva avante as discussões sobre o direito à participação nos meios de comunicação, é impossível gerar participação democrática quando o peso do capital esmaga a liberdade de expressão e limita o debate. Ele diz:

---

47 Néstor García CANCLINI, "Latinoamericanos buscando lugar en este siglo". In: Dênis de MORAES, op.cit., p. 208.

48 Maria Nazareth FERREIRA, op. cit., p.45.

> É necessário, mas não é suficiente garantir liberdade de expressão. Todos devem ter o direito de ser ouvidos. Do contrário, “liberdade de expressão” significa – o que acontece geralmente – liberdade de falar para as paredes. O monopólio da mídia e o poder dos anunciantes são fatores que limitam a gama de informação e o debate. Outras pressões – econômicas, ideológicas e governamentais – limitam o trabalho dos jornalistas, que constantemente são submetidos à auto-censura.
>
> Um trabalho contínuo para desafiar a mídia comercial deve ocorrer paralelamente, incluindo a criação, a manutenção e a expansão da mídia independente; a luta por mudanças estruturais para democratizar as instituições governamentais e estabelecer o acesso público; e a denúncia, a sátira e a revelação do lixo disfarçado de jornalismo ou de programação cultural. A longo prazo, uma campanha para reformar a mídia não pode estar dissociada de um movimento social amplo – e vice-versa. A degradação do jornalismo e da comunicação de massa está ligada ao poder perverso das grandes empresas, que prejudica todas as esferas sociais e políticas.[49]

O neoliberalismo, no processo de globalização, utiliza a mídia como instrumento privilegiado de controle e submissão das sociedades subalternas. Os proprietários dos grandes sistemas midiáticos são empresários transnacionais que, na imensa maioria dos casos, têm negócios diversificados em outros setores para além da mídia. Ou seja, eles estão conectados ao mercado global e são atores principais do processo de globalização.

A concentração de poder nas mãos de poucos grupos, como acontece na Venezuela, no Brasil e rigorosamente em todos os outros países da América Latina, nega o direito à informação e à comunicação como garantias de um processo democrático de crescimento com participação popular, através do acesso à verdade.

Conforme argumentava Gramsci, o cidadão comum não tem – e não pode ter – um hábito "científico", que só se adquire com o trabalho especializado. Portanto, ele deve ser ajudado a assimilar pelo menos o

---

49 Norman SOLOMON. “A mídia, um poderoso arsenal de guerra”. In: *Brasil de Fato*, 20/11/ 2003, p.11.

"sentido" deste hábito, através de uma atividade crítica oportuna. Essa é uma das funções dos meios de comunicação, que deve oferecer toda a série dos raciocínios e das conexões intermediárias, que o levem a discernir fatos, formar opiniões e fomentar formas de participação. Neste sentido, os movimentos sociais despontam como atores principais na luta contra o neoliberalismo e pela afirmação dos direitos, consagrados universalmente para todos.

Pontos de resistência surgem em todo o continente latino-americano. Durante o 2º Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2002 em Porto Alegre, foi lançado o projeto do Observatório Mundial da Mídia (Global Media Watch), uma tentativa de organização contra o avanço das mega-corporações no setor da comunicação e, conseqüentemente, às ameaças de severas restrições do direito à informação. Três funções são apontadas como básicas para o nascimento, articulação e desenvolvimento do Observatório: educativa, de balizamento ético e de incentivo à crítica popular em relação aos meios de comunicação.

O objetivo do Observatório é denunciar as violações à ética, ao direito da população a uma informação plural e ao livre exercício da profissão jornalística. De acordo com os estatutos e a carta de princípios da instituição, os comitês nacionais terão três integrantes: um representante dos jornalistas, outro do público, e um acadêmico que aportará métodos e critérios científicos para avaliar a conduta ética dos meios de comunicação.

2. OS SENTIDOS DA COMUNICAÇÃO

2.1. A ideologia do mercado

Terminou a “era dos extremos”[50]. Há futuro para esse novo mundo marcado pela globalização neoliberal, onde se acirram as contradições provocadas pelas desigualdades e injustiças? Onde estão as saídas para os 80% de pobres do planeta, subjugados por sistemas imperiais de dominação e chamados de “massas”, aquelas passíveis de manipulação e de moldes?

Não há resposta única. Para quem acredita na perspectiva do coletivo como agente transformador da realidade, a saída está nos movimentos sociais, que nascem no bojo da modernidade, com suas contradições e seus defeitos.

São eles uma das auto-organizações que Antonio Gramsci denominava “aparelhos privados de hegemonia”, resultantes da socialização da política. São eles que emergem como os novos atores de combate ao pensamento neoliberal hegemônico. São eles que representam uma multiplicidade de novas formas de ser, pensar e agir, igualmente articuladas em função da alteração da lógica capitalista.

---

50 Essa é a definição que o historiador Eric Hobsbawm dá ao curto século XX (1914-1991), marcado por centenas de conflitos e transformações que mudaram a face da Humanidade, das guerras mundiais a revoluções populares e tecnológicas, do domínio do capitalismo à ascensão e queda do comunismo, do desenvolvimento tecnológico à possibilidade de aniquilamento do Universo. No fim de sua obra, o autor adverte que, se o mundo não romper com esse passado, não terá futuro. CF.: Eric HOBSBAWM. *Era dos extremos.*

O século XXI dá seus primeiros passos deixando para trás um período de conturbação histórica sem precedentes, que transmutou a face da humanidade. Há um vácuo no espectro social, provocado pelo projeto globalizante, que entre outros malefícios impõe um sistema fechado de vivência, de sobrevivência e de pensamento. No dizer de Eric Hobsbawm, ficou para trás um tempo em que, pela primeira vez,

> tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos nossa viagem.[51]

É a época das incertezas. A viagem a que se refere Hobsbawn é, no dizer do sociólogo português Boaventura de Souza Santos, não somente uma aventura física ou um empreendimento histórico que comporta ações de auto-reflexividade, mas sim "um processo de transição, um processo de grande criação e de grande destruição"[52], que a ciência nestes tempos de pós-modernidade é incapaz de analisar.

Sousa Santos considera que a transição entre a ciência moderna e a ciência pós-moderna gerou uma *crise de degenerescência*. Tudo o que era sólido se transformou em ar: dogmas, valores, percepções da realidade, saberes múltiplos, agora pautados pelas regras da competitividade, da ganância e da exploração. Para romper essa cadeia do mal, é preciso chegar a uma nova configuração do conhecimento, que implica uma nova percepção da arte de viver, de conviver, de saber e partilhar o saber.

Essa transformação não é subjetiva, nem tem bases puramente teóricas. Nasce no mundo real, feito de conflitos. Na disputa, a realidade se encarrega

---

51 Idem, p.25.

52 Boaventura de SOUZA SANTOS, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, p.11. Nesta obra, o autor reflete sobre a transição dos paradigmas epistemológicos entre a ciência moderna e a ciência pós-moderna, esta última, segundo ele, que necessariamente deveria aprofundar suas relações com outras práticas de conhecimento que compõem a sociedade e o mundo.

de tirar a poeira da ciência. É assim no Brasil, onde organizações sociais, com sua prática, impõem um conhecimento feito da luta, do chão e do sonho.

Na cotidianidade dos movimentos sociais é possível detectar o *intelectual orgânico*, a figura que, de acordo com Antonio Gramsci[53], com seu conhecimento feito de práticas transformadoras vem para mudar a figura do intelectual tradicional. Define o autor:

> Seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (...). Formam-se, assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual: formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quando mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos". [54]

Referindo-se a esse conceito gramsciniano, Norberto Bobbio explica que

> [...] assim como os intelectuais influem sobre as massas, dando a elas a consciência teórica de suas aspirações, do mesmo modo a

---

53 Antônio Gramsci (1891-1937), jornalista e escritor, era um dos fundadores do Partido Comunista Italiano. Foi preso por ordem do fascista Benitto Mussolini em 1929 e passou nove anos na prisão, até sua morte. Neste período escreveu fragmentos sobre vários assuntos,que comporiam a sua maior obra: os *Cadernos do Cárcere*, onde ele aproxima o marxismo das questões culturais a partir das classes subalternas

54 Antonio GRAMSCI. *Cadernos do cárcere.* Volume II 3 ed, pp. 18-19. É importante notar que o termo *intelectual*, para Gramsci, não se refere a pessoas que, individualmente, elaboram grandes pensamentos compartilhados por pequenos grupos. Ao contrário, Gramsci esperava que os comunicadores intelectuais/ativistas se integrassem organicamente com as classes subalternas para o desenvolvimento de uma ordem social justa e culturalmente superior, ao contrário dos intelectuais organicamente integrados com as classes dominantes, cujos esforços comunicativos fortaleceram a hegemonia do capital.

> massa influi sobre os intelectuais, dando a eles, com a expressão de suas próprias necessidades, uma função histórica real.[55]

O entendimento dessa relação pode ser encontrado nos movimentos sociais organizados. É assim em organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[56], que investe no arsenal simbólico ao acrescentar o verbo "celebrar" ao lema "ocupar, resistir e produzir a terra". É assim nas ações em defesa da agricultura familiar e das imemoriais sementes crioulas, nas gravações de discos com músicas da terra, na produção semi-artesanal de subsídios de informação e leitura e no som popular das rádios comunitárias.

É assim na Venezuela, onde organizações populares como os Círculos Bolivarianos se organizam na conquista de serviços de saúde, alimentação, educação, justiça partilhada, em ações culturais de recomposição do tecido cultural esgarçado pelos grandes meios de comunicação, do qual são emblemáticos os milionários concursos de *misses* brancas e loiras, em um país moreno e indígena.

Nos *Cadernos do Cárcere,* Gramsci analisa os "intelectuais tradicionais na América do Sul e América Central. Ali ele verifica uma base nos quadros das civilizações espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizada pela Contra-Reforma e pelo militarismo parasitário, que perduram três séculos depois.

Gramsci nunca viajou a qualquer país latino-americano. Da prisão, ele detecta no continente o predomínio da produção intelectual baseada no clero e em uma casta militar, com o conseqüente silêncio imposto às classes subalternas. Referindo-se à intelectualidade latino-americana, o autor italiano lembra condições empíricas para essa submissão. Ele constata que a base industrial da América do Sul e da América Central é muito restrita e não desenvolveu superestruturas complexas.

---

55 Norberto BOBBIO. *Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil,.* p.*32.*

56 Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, veja Sub-item 2.3. deste trabalho.

Nesta anotação feita na prisão, o autor, referindo-se à intelectualidade da época, diz que a maior parte "é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, estes intelectuais estão ligados ao clero e aos grandes proprietários". [57] Refere-se, assim, ao clero católico e aos grandes proprietários de terra. Nos tempos atuais, a doutrinação se faz por meio da comunicação (o púlpito da contemporaneidade) e seus proprietários, cujos latifúndios não são territoriais porém midiáticos, com ramificações pelo planeta.

Muito se tem falado que a comunicação é, hoje, o novo centro da esfera pública, segundo a conceituação de Habermas[58]. De fato, o que está envolvido no termo esfera pública é a informação, a comunicação, o debate, a mídia.

A esfera pública burguesa desempenha um papel secundário como espaço de esclarecimento e debate e como meio de informação para tomada de decisões das elites. Esse lugar foi ocupado pela informação e pela comunicação.

Vive-se diante da redefinição desse espaço público burguês, que impõe o que Muniz Sodré chama de *era da midiatização*, uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo ou, pensando-se na classificação aristotélica das formas de vida, um *bios* específico.

Muniz Sodré lembra que, em sua *Ética a Nicômaco*, Aristóteles concebe três formas de existência humana (bios) na p

Polis: bios *theoretikos* (vida contemplativa), bios *politikos* (vida política) e bios *apolaustikos* (vida prazerosa). "A midiatização pode ser pensada como um novo bios, uma espécie de quarta esfera existencial, com uma qualificação

57 Antonio GRAMSCI, op. cit., p. 31.

58 Jürgen Habermas (1929-) é o principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt, um grupo de filósofos, críticos culturais e cientistas sociais associados com o Instituto de Pesquisa Social, fundado em Frankfurt em 1929. Esse grupo, oriundo do marxismo, desenvolveu a Teoria Crítica, um modo de fazer filosofia que integra os aspectos normativos de reflexão filosófica com as realizações explicativas das ciências sociais. É de Habermas a idéia de *Öffentlichkeit*, palavra sem tradução concisa, que poderia ser entendida como publicidade, opinião pública (*öffentliche meinung*), ou público, ato público. O termo foi cunhado originalmente por Habermas para denominar a zona alternativa da maior liberdade de expressão e critica ao governo monárquico e cuja origem ele localizava no século XVIII, especialmente entre a elite intelectual. O autor se refere à esfera pública como um espaço que, fora da vida doméstica, fora da igreja e fora do governo serviria como espaço de discussão da sociedade. Hoje, esse espaço tem diminuído sob a influência das grandes corporações e do poder da mídia. C.f.: John D.H. DOWNING. *Mídia radical.*Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.

cultural própria (uma "tecnocultura"), historicamente justificada pelo imperativo de redefinição do espaço público burguês".

> A questão inicial é a de se saber como essa qualificação atua em termos de influência ou poder na construção da realidade social (moldagem de percepções, afetos, significações, costumes e produção de efeitos políticos) desde a mídia tradicional até a novíssima, baseada na interação em tempo real e na possibilidade de criação de espaços artificiais ou virtuais. [59]

Referindo-se especificamente ao caso brasileiro, mas com reflexos que podem iluminar a análise da realidade comunicacional de todo o continente, tomamos por fundamento uma argumentação do jornalista Bernardo Kucinski, para quem a mídia desempenha um papel ideológico com poder sem precedentes:

> Enquanto nas democracias liberais é principalmente por meio da mídia que os protagonistas sociais informam-se e debatem suas idéias, no Brasil a mídia desempenha papel mais ideológico que informativo, mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais. Essa função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura autoritária e acrítica.[60]

De novo, o problema das elites dominantes. É essa ideologia mercantilista e imperial que considera impossível integrar 80% da população mundial, relegados ao descaso e excluídos da "nova" idéia de progresso, cuja principal ideologia hoje é a ideologia da comunicação.

---

59 Muniz SODRÉ. *Eticidade e campo comunicacional:* Sobre a construção do objetivo. Paper apresentado no V Congresso Latino-americano de Ciências da Comunicação. Santiago do Chile: 04/2000.

60 Bernardo KUCINSKI, *A síndrome da antena parabólica.* Ética no jornalismo brasileiro, p.17.

Gramsci defendia que, para resistir ao poder das elites – os capitalistas – nas nações em que elas são mais arcaicas e determinantes, e por fim, sobrepujá-las em um processo de democratização, era necessário desafiar e destronar o domínio cultural e a liderança – a hegemonia[61] – de suas classes dominantes, com uma visão alternativa coerente e convincente a respeito de como a sociedade poderia organizar-se. Para ele, é no seio da sociedade que ocorrem os embates pela hegemonia. A esse respeito, Downing lembra que

> ele [Gramsci] sustentava que, no decorrer dos dois séculos de sua expansão e consolidação, o capitalismo manteve e organizou sua liderança através de órgãos de informação e cultura, como escolas, universidades, igrejas, literatura, meios de comunicação e ideologias corporativas. As perspectivas sobre a sociedade mais ampla geradas no âmbito dessas instituições com freqüência produziram, segundo ele, uma visão de mundo inconteste, que adquiriu o *status quo* de inevitável, e de que o poder da classe dominante assentava-se na sua habilidade singular, e por si só evidente, de dirigir a nação com sucesso (fossem quais fossem as criticas aos membros individuais dessa classe).[62]

2.2. A sociedade em ação

Se não por outra razão, a teoria gramsciniana inova ao apresentar o conceito de sociedade civil no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade. É nessa esfera, da sociedade relacionada

---

61 Gramsci defende que a hegemonia é um intrincado sistema de relações e mediações que se contrapõe à idéia de "dominação" pela força. É um complexo de atividades culturais e ideológicas que organiza o consenso e permite o desenvolvimento da direção moderada. Para Gramsci, se as elites perdem a hegemonia cultural, ideológica ou moral sobre as classes subalternas, deixam de ser dirigentes e passam a exercer uma dominação que está destinada ao fracasso. Aí, no âmbito da cultura e da ideologia, está o calcanhar de Aquiles exposto pelas classes dirigentes e a ser percebido pelo povo.

62 John D.H. DOWNING, *Mídia radical*. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais, p.47.

– às vezes em sintonia, muitas vezes em oposição – ao Estado, que se localiza o debate sobre a formação de sentidos, transmitida também mediante os meios de comunicação social.

Contudo, para o pleno entendimento desse trabalho, estabelece-se aqui a diferenciação entre sociedade civil, movimento popular organizado e um fenômeno recente de organização social, chamado de Terceiro Setor.

É preciso ficar claro que o conceito de sociedade civil tem origem nas teorias liberais, de defesa do mercado, que a separa e opõe ao Estado. Essa concepção de antítese serve para abrigar um verdadeiro saco de gatos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra à associação de banqueiros, dos sindicatos patronais aos sindicatos operários, do movimento por saúde para todos à máfia dos planos de saúde, "o lugar do melhor e do pior da sociedade, de forma indiscriminada", na avaliação de Emir Sader.

Para o sociólogo, essa sociedade civil, que se projeta a partir do mercado, seria composta por indivíduos cujos direitos seriam anteriores e superiores a todos os outros direitos, conforme os preceitos liberais.

> Nos regimes ditatoriais, a defesa dos direitos, dos indivíduos e da sociedade contra o Estado foi ajudando a identificar essa visão liberal como a de democracia. Isso esteve presente em sociedades como as do Cone Sul da América Latina, durante os regimes militares, assim como nos países do Leste europeu e da própria União Soviética. Foi surgindo assim uma identificação entre forças sociais, forças vivas, forças liberais, de defesa dos direitos dos indivíduos e da sociedade, com o conceito de sociedade civil.[63]

Na esteira desse conceito que separa elementos inseparáveis – o Estado das forças sociais – surge o termo "terceiro setor", amplamente utilizado, a partir da década de 90, para designar organizações, sem fins lucrativos, que não nascem das legítimas aspirações do povo, mas, sim, criadas para atuar na área social. O próprio nome – Organizações Não-

63 Emir SADER, *Os porquês da desordem mundial*, pp.74.

governamentais – revelam o *ethos* desses grupos, de franca oposição ao Estado e de pretensa representação da “sociedade civil”.

Sobre essa configuração de organização, Sader alerta:

> Se o objetivo [...] não é apenas o de elaborar algumas alternativas globais ao neoliberalismo, mas também de colocá-las em prática, transformando a sociedade em profundidade, é indispensável transformar tanto as relações sociais quanto o próprio Estado, até mesmo porque aquelas se relacionam estreitamente com este.[64]

Transformar tanto as relações sociais quanto o próprio Estado é o que se propõem os movimentos sociais organizados, muitas vezes com resultados exitosos, como no caso da Venezuela bolivariana.

Sader lembra que, até certo momento do capitalismo, grande parte das contradições sociais podia ser agrupada em torno das questões do trabalho, com o protagonismo dos sindicatos. A categoria “movimento social” foi criada por volta de 1840 para designar o surgimento do movimento operário europeu, posteriormente desenvolvida no âmbito do marxismo para representar a organização racional da classe trabalhadora em sindicatos e partidos empenhados na transformação das relações capitalistas de produção.

Os movimentos sociais populares começaram a mudar com a articulação das mulheres pelo voto feminino, no início do século XX, uma reivindicação civil que saia do campo de atuação do mundo do trabalho. Em seguida, surgem movimentos contra a guerra, étnicos, por liberdade religiosa, em defesa do planeta etc.

---

64 Idem, p. 68.

Pierre Bourdieu[65] explica: “Os movimentos sociais, por diversos que sejam em razão de suas origens, seus objetivos e seus projetos, têm em comum toda uma série de características que lhes dão um ar de família”.

Em primeiro lugar, e especialmente porque provêm muito com freqüência da rejeição das formas tradicionais da mobilização política, esses movimentos têm tendência a recusar toda classe de monopolização por minorias, favorecendo a participação direta de todos os interessados. Neste sentido se encontram em linha com a tradição libertária, sendo propícios a formas de organização de inspiração auto-gestionária, caracterizadas pela fluidez do aparelho que permite aos agentes reapropiar-se de seu papel de sujeitos ativos na contramão, especialmente, dos partidos aos quais negam o monopólio da intervenção política.

Outro traço comum: orientam-se para objetivos determinados, concretos e importantes para a vida social (alojamento, trabalho, saúde, etc) com os quais tentam contribuir com soluções diretas e práticas, cuidando para que suas negações como suas propostas se concretizem em ações exemplares e diretamente unidas ao problema abordado.

Outra característica é a rejeição das políticas neoliberais que tendem a impor as vontades dos grandes investidores institucionais e das multinacionais. A última propriedade distintiva e comum é a exaltação da solidariedade, princípio tácito da teoria e da práxis.

É importante perceber que, com os novos movimentos sociais, as lutas se traduzem em formas organizativas (democracia participativa) diferentes das lutas pela cidadania (democracia representativa). São grupos sociais com contornos mais ou menos definidos em vista de interesses coletivos por vezes muito localizados. Para Souza Santos, a novidade desses movimentos está no alargamento que promovem do campo político para além do marco liberal da distinção Estado e sociedade civil.

---

65 Pierre BORDIEU. *Contra la política de despolitización.* Disponível em: < www.planetaportoalegre.net>. Acesso em: 17/11/2005.

> Partem do pressuposto de que as contradições e as oscilações periódicas entre o princípio do Estado e o princípio do mercado são mais aparentes do que reais, na medida em que o trânsito histórico do capitalismo é feito de uma interpenetração sempre crescente entre os dois princípios, uma interpenetração que subverte e oculta a exterioridade formal do Estado e da política perante as relações sociais de produção.[66]

Canclini considera que as lutas políticas hoje, além de se realizarem na esfera da produção, se estendem a outras contradições sociais, como os antagonismos étnicos, sexuais, regionais e urbanos. Esses conflitos são enfrentados por dois tipos de movimentos sociais:

- no campo das lutas contra formas de poder, repressão e discriminação, principalmente na vida cotidiana, encontram-se os movimentos sociais que querem a democratização integral da sociedade ou que lutam em campos parciais contra a arbitrariedade do poder e a repressão, mediante novos procedimentos e recursos organizativos;

- no campo das lutas pela apropriação dos bens e serviços, estão os movimentos sociais urbanos, agrupações de consumidores, organizações de bairro, que atuam mais nas relações de distribuição do que nas de produção.

A essa lista, Maria Nazareth Ferreira acrescenta novos atores sociais, na América Latina ligados à luta pela posse da terra, do qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, é exemplar. Outros exemplos são o movimento Pachacuthic no Equador, de origem operário-camponesa, e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), do indígena Estado de Chiapas, no México. No continente, o aumento da pobreza tem sido acompanhado por um crescimento também significativo da articulação cidadã, que visam a

> a democratização integral da sociedade [...], as lutas pela apropriação de bens e serviços no campo do consumo (movimentos urbanos de

66 Boaventura de SOUZA SANTOS, *Pela mão de Alice.* O social e o político na pós-modernidade, p.261.

> defesa do consumidor, lutas por moradia, contra a inflação, por acesso à educação, melhores condições de saúde, de transporte etc.) e pela democratização da comunicação.
>
> [...] estes novos movimentos, surgidos no consumo e na vida cotidiana, são representados fora dos partidos políticos e dos sindicatos, mas geram uma relação não-convencional entre cultura e política, entre valores e poder. São estes movimentos os novos indicadores do lugar onde é possível compreender a força das organizações populares: a sua cultura, construída no dia-a-dia, na luta pela vida, na sua cotidianidade.[67]

2.3. Eco das vozes silenciadas

Neste trabalho, o aporte sobre a significância dos movimentos sociais como elemento transformador da sociedade recai sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a “turma da enxada e da utopia”, no dizer do bispo católico Pedro Casaldáliga.

O MST nasceu no meio da década de 1980 com as primeiras ocupações de terra, não como movimento organizado e sim sob influência de uma ala da Igreja Católica comprometida com mudanças sociais. Surgiu naturalmente, fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro, que já tinha se organizado em torno das Ligas Camponesas, nos anos 50 e início dos 60 do século XX.

A partir de 1964, a ditadura militar tentou calar a voz do campo. Em vão. Os movimentos de resistência ao regime militar começaram ressurgir nas periferias das grandes cidades, nos anos 70. No campo, em meio às lutas políticas pela redemocratização do país, foi realizada a primeira ocupação de

---

67 Maria Nazareth FERREIRA (org.), *Cultura, comunicação e movimentos sociais,* p.131.

terra por um grupo de trabalhadores organizados. A ação ocorreu no dia 7 de setembro de 1979, na gleba Macali, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul.

Bernardo Mançano Fernandes considera que ”de 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestão do MST”.[68] Em janeiro de 1984, ocorreu o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos.

Em 1985, em meio ao clima da campanha "Diretas Já", o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, cuja palavra de ordem era: "Ocupação é a única solução". Em 1990, ocorreu o II Congresso do MST, em Brasília, que continuou debatendo a organização interna, as ocupações e, principalmente, a expansão do Movimento em nível nacional. A palavra de ordem a partir daí passou a ser "Ocupar, resistir, produzir".

Desde seu início, o MST primou por encarar a cultura como elemento de transformação da consciência social através da prática cotidiana de suas manifestações, se preocupando em desenvolver aspectos para aperfeiçoar a construção da identidade social.

Em um texto sobre a importância da cultura em sua gênese, o MST faz um manifesto de reconhecimento do valor das culturas subalternas:

> A burguesia e os poderosos do mundo moderno, aos poucos, substituem a idéia de nação por mercado globalizado. Tudo o que é nacional é pior, na avaliação deles. Os filmes são piores, os carros, a roupa etc. Isto não seria tão grave se os pobres pensassem diferente. Nós também passamos a reproduzir estas idéias e fortalecemos esta idéia de não-nação, de pessoas de terceira categoria.
>
> Em nada somos inferiores aos imperialistas. Podemos não falar inglês, mas interpretamos os gestos de dominação e falamos uma só língua em todo o Brasil. Podemos não ter a Disneylândia mas temos a Amazônia, maior reserva florestal e animal do mundo. Temos o melhor futebol, temos as melhores praias, temos as melhores terras,

68 Bernardo Mançano FERNANDES. *A formação do MST no Brasil.*

> temos os melhores climas, temos o povo mais bonito e mais alegre do planeta [...]
>
> [...]Devemos participar ativamente em todas as manifestações populares, festas religiosas em cada estado, carnaval, eleições, e lutas massivas, ali está o povo, ali está a consciência popular.
>
> Desta forma, estaremos cada vez mais nos integrando à sociedade da qual os ricos tentam nos excluir. Esta é a sociedade do povo pobre que deve ter orgulho de honrar sua nacionalidade e sua pátria.[69]

A concepção de cultura do MST está diretamente ligada à concepção de cidadania, que quer dizer participação, nos seus múltiplos sentidos e dimensões, incluindo a cidadania cultural, quer perpassa o direito à liberdade de expressão.

Esse voto na integração necessária se manifesta também no compromisso, assumido pelo MST em congresso nacional, de difundir a luta pela reforma agrária por toda a América Latina. A intenção é não limitar a ação à esfera local e pessoal, mas traçar trilhas de integração, respeitando as especificidades.

O MST se proclama um movimento articulado com outros movimentos pela luta pela terra, a exemplo da Via Campesina[70]. Manifesta-se também um movimento solidário a outras lutas, articulando-se "com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular".[71] Reconhece sua face brasileira e suas interfaces latino-americanas, pois a luta pela terra no Brasil é a luta pela *Pacha Mama* dos povos do continente.

---

69 SETOR DE CULTURA DO MST. "A vez dos valores". Disponível em: <http://www.mst.org.br/setores/culturavezdosvalores.htm >. Acesso em: 24/03/2006.

70 A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, comunidades indígenas, sem-terra, jovens rurais e trabalhadores agrícolas migrantes. A organização se define como movimento autônomo, plural, independente, sem afiliação política, econômica ou de outro tipo. Reúne organizações de 55 países de quatro continentes(a exceção é a Oceania).

71 Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000. Disponível em: <http://www.mst.org.br/historico/congresso19.html >. Acesso em: 24/03/2006.

Desde o início, o MST percebeu a necessidade de investir em comunicação social. Junto com o movimento nascia o *Jornal Sem Terra,* um dos mais antigos veículos de comunicação com publicação ininterrupta do movimento social brasileiro.

Fotos 2.1., 2.2. e 2.3.

Capas das edições de 10/2005; 11/2005; e 12/2005 do *Jornal Sem Terra.* (Reprodução)

O *Jornal Sem Terra* surgiu como boletim mimeografado, em 1981, em Porto Alegre, para levar solidariedade e divulgar a luta dos acampados na Encruzilhada Natalino (RS). Seguiu a trajetória do movimento da luta pela terra e, quando este se transforma em MST, passou a ser publicado, como seu porta-voz, em formato tablóide, com periodicidade mensal. A partir de 1985, com a instalação da Secretaria Nacional do MST em São Paulo, começou a ser editado na capital paulista.

Em 1986, o *Jornal Sem Terra* ganhou o Prêmio Wladimir Herzog de Direitos Humanos, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, considerado um dos principais prêmios de jornalismo do país. A principal função do *Jornal Sem Terra* é ser um veículo de informação e formação dos trabalhadores rurais sem-terra. Pretende atender duas

necessidades: “Divulgar à sociedade as lutas, avanços e conquistas dos sem terra e levar ao conhecimento dos sem terra as lutas que ocorrem em todo o país”.[72]

Outro veículo de comunicação do MST é a *Revista Sem Terra*, criada em 1989, com conteúdo mais denso que o do jornal. O objetivo da publicação, bimestral, de 64 páginas e tiragem de 10 mil exemplares, é aprofundar o debate com a sociedade sobre a questão agrária, mas sem deixar de abordar temas de caráter nacional e internacional.

Contudo, o meio de comunicação com maior alcance utilizado pelo MST é o rádio: rápido e de grande alcance social.

Em relação ao rádio, o MST adota dois procedimentos: compra ou utiliza espaços cedidos em emissoras comerciais e mantém o *Vozes da Terra*, programa implantado em 2000, por meio de uma parceria com a Universidade Católica de Santos (Unisantos), Estado de São Paulo. Hoje, os programas são enviados para cerca de 2 mil rádios (comunitárias e comerciais) espalhadas por 16 estados brasileiros e também podem ser ouvidos e baixados pela Internet.

A produção é feita por jornalistas e estudantes universitários. Os temas dos programas estão relacionados à agricultura, infância, modificação genética de alimentos, criminalização do MST, comunicação, mulheres, negros, guerras, soberania, violência etc. Ou seja, sobre todo o espectro de lutas sociais que mobilizam o país e o continente.

O uso do rádio por parte do MST começou entre 1987 e 1988, com um programa de alcance nacional na *Rádio Aparecida*, no interior de São Paulo. Osvaldo León avalia que

> [...] no trabalho comunicativo, algumas orientações assinalam que os meios devem cumprir com sua função social e estar a serviço da população, resgatar permanentemente a cultura local e regional, respeitando a unidade na diversidade, desenvolver a auto-estima e tomar sempre em conta a memória histórica e os elos fundamentais da lutas populares. Para isso, é fundamental desenvolver métodos

72 Idem.

> democráticos e participativos que integrem à comunidade, assentamento ou acampamento à gestão, financiamento, manutenção e segurança das rádios [e todos os meios] e seus equipamentos, que são patrimônio de todo o movimento.[73]

As experiências comunicacionais do MST aqui apresentadas – o *Jornal Sem Terra*, a *Revista Sem Terra* e as rádios – mostram como a apropriação dos meios de comunicação por movimentos sociais populares configuram-se forças políticas de resistência. Repetem a experiência citada por Downing do *agitprop* – abreviação para a combinação de táticas de informação para trazer ao conhecimento do público os abusos e problemas imediatos (agitação) e de estratégias de comunicação política de longo prazo (propaganda) destinadas a moldar corações e mentes numa direção compatível com o marxismo-leninismo.[74]

Recorrendo ao pensamento do jornalista Gramsci, Downing considera que, numa estrutura em que as classes e o Estado capitalista são analisados meramente como controladores e censores da informação, o papel da mídia popular – uma das vertentes da mídia radical, como prefere – pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade. É um modelo da contra-informação, que tem um forte elemento de validade, especialmente sob regimes repressores e extremamente reacionários.[75]

E de repressão de regimes reacionários o MST entende. O Movimento passou a ser alvo dos ataques dos grandes meios de comunicação principalmente depois de demonstrar uma grande capacidade de articulação, nacional e internacional, diante do massacre de 19 trabalhadores rurais em Eldorado de Carajás, no Pará, em 1996, e com a marcha de abril de 1997, que culminou com uma grande concentração na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Os meios, conservadores, tentam criminalizar o MST com várias armas, desde o silêncio imposto até a matérias de dezenas de páginas.

---

73 Osvaldo LEÓN. *Comunicación en movimiento.*, pp. 172- 175.

74 *Idem,* p.111.

75 John D.H. DOWNING, Op. cit, p.49.

O jornalista Hamilton Octavio de Souza, editor-chefe da *Revista Sem* Terra, lembra que *O Estado de S.Paulo* chegou a manter correspondentes específicos para produzir matérias distorcidas sobre ocupações de terra, acampamentos e assentamentos. As TVs *Globo, Record* e *Bandeirantes* produzem matérias parciais, preconceituosas e, às vezes sórdidas, sobre o MST, geralmente com comentários maliciosos e maldosos dos apresentadores dos telejornais.

A revista *Veja*, da Editora Abril, dedicou várias reportagens de capa ao MST, entre as mais famosas as que ostentavam as manchetes "A marcha dos radicais" e "A tática da baderna". Sobre essa última, o coordenador nacional do MST João Pedro Stedile, ofendido e caluniado no material jornalístico, ganhou ação na justiça contra a revista, que foi condenada a uma indenização de 200 salários mínimos. Ficou provado que a revista havia manipulado deliberadamente para denegrir a imagem pública do líder do movimento.

> Essa imprensa tem sido hermética em fornecer espaço editorial para setores subalternos, excluídos e marginalizados da sociedade, e também aos grupos políticos, aos partidos e aos movimentos que se propõem a defender ou a representar esses setores localizados na base da pirâmide econômica e social. Essa violência praticada pela imprensa se configura na ausência de efetiva prática democrática na cobertura jornalística dos fatos da sociedade e, também, na imposição de uma visão de mundo única e exclusiva daqueles que tudo têm e tudo podem, pois controlam a economia, a política, o aparelho de Estado e demais instrumentos de pressão disponíveis na sociedade, em especial o sistema de comunicação social.
>
> As principais manifestações populares e os principais movimentos sociais sempre ficaram de fora. Da mesma forma que a história oficial procurou esconder e distorcer os movimentos de Canudos, Caldeirão, Contestado, Porecatu e tantos outros, tem-se escondido manifestações populares que pipocam pelo Brasil afora, normalmente de contestação aos poderes das forças dominantes.
>
> A violência praticada pela imprensa é o tipo de violência que não atinge apenas os alvos escolhidos e as vítimas diretas, pois ela contamina e corrói o conjunto da sociedade, na medida em que sonega a compreensão da realidade e alimenta uma visão distorcida,

> dissemina a intriga, a calúnia e o preconceito, não respeita a verdade dos fatos.[76]

A resposta às campanhas incriminadoras dos movimentos sociais, movidas pelos grandes meios de comunicação, é uma maior inserção desses mesmos movimentos no campo da comunicação. A participação vem aumentando a partir da metade da década de 1990. Não se restringe à mídia comunitária, apesar de encontrar ali um campo propício, tendo em vista a existência de jornais comunitários, a criação de um número sempre crescente de rádios comunitárias e de canais comunitários na tevê.

Cresceu a demanda pela participação social nos meios de comunicação locais e comunitários. O poder de comunicação pela mídia, até há pouco tempo extremamente centralizado e controlado pelos setores dominantes da sociedade, passa a ser democratizado, embora não represente ruptura na estrutura da grande mídia. A inclusão de novos atores e novas mídias representa uma mudança relevante. Alguns tipos de mídia local canalizam essa demanda ao se confirmarem como espaço comunicacional dirigido por outros e novos atores, no sentido de serem diferentes dos grandes meios.

---

76 Hamilton Octavio de SOUZA, “A violência da imprensa”, 01/04/2005. Disponível em: < http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/midia/hamiltonimprensa.htm>. Acesso em: 28/10/2005.

3. UMA NOVA COMUNICAÇÃO É POSSÍVEL

3.1. O Estado e a comunicação na Venezuela

O ser humano é um ser social. Vive em comunidade e com ela estabelece códigos de convívio e de representatividade. Relaciona-se com seus próximos, com o outro e com o desconhecido a partir de signos aceitos coletivamente. Cria e solidifica sua identidade a partir de relações cotidianas que envolvem negociações nos planos pessoal e político.

Os meios de comunicação são importantes agentes de socialização do indivíduo a seu grupo social. Não os únicos, mas com certeza os que levam mais eficaz e rapidamente a informação política de âmbito coletivo ao âmbito individual, aqueles que fazem a ponte das ruas para os lares, dos gabinetes para a rotina das fábricas, dos congressos às vielas das favelas, dos centros de poder aos morros e periferias.

O que eles difundem e o modo com que o fazem influi nas crenças do público a respeito do que é e do que deveria ser a política. [77] Por isso, muitas estratégias políticas, na atualidade, se fazem desde a comunicação, que passa a ser o aspecto central e não mais um aspecto complementar da política.

Os meios de comunicação são, na contemporaneidade, os mais importantes espaços públicos onde se dão as negociações de diferenças

77 Angel ALVAREZ, *Crisis de los partidos y auge de los medios como agentes de legitimación y de socialización política*. In *Medios de comunicación y responsabilidad ciudadana*, apud Andrés CÁNSALES, *Sociedad civil, medios y política en Venezuela: una mirada a suinteracción,* p. 77.

sociais. E, na condição de lugar de representatividade social, consubstancia-se ele próprio em uma organização social, onde é jogado o jogo do poder.

É assim no Brasil, na Venezuela, em toda a América Latina, onde os meios de comunicação social – comerciais, públicos e comunitários-populares – desempenham, nos últimos cinqüenta anos, papel principal na formação da agenda política, social, econômica e cultural de uma nação.

No Brasil, do processo desenvolvimentista dos anos 50 do século XX à ditadura militar de 1964 a 1984, do processo de redemocratização do país ao período de implantação das políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, das fraudes televisivas da eleição presidencial de 1989 à cobertura tendenciosa do governo Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 2002, os meios de comunicação social de caráter privado e comercial deixaram de ser meros reprodutores de informação para tornarem-se, eles mesmos, atores principais da cena política do país. Compõem hoje uma das maiores forças econômicas do país, não apenas em relação à concentração estrutural dos veículos, e sim, e principalmente, em relação ao poder político que detêm.

Por outro lado, de divulgadores da propaganda institucional ao projeto alternativo de difusão de informação, de moeda de troca de apoio político aos mecanismos fomentadores de inserção social, os meios de comunicação governamentais estabeleceram uma relação de amor e ódio tanto com o mercado quanto com a sociedade.

Já nas periferias das grandes cidades e nos campos, nas fábricas e nas escolas, nas igrejas e nos sindicatos, nos centros culturais e nas festas, setores representativos da população, agrupados nos movimentos sociais, passaram a descobrir a importância dos meios de comunicação. São eles que ajudam a construir, contar e significar uma história de resistência e articulação.

É assim em toda a América Latina, onde se trava, há décadas, uma luta desigual. De um lado, o gigante Golias representado pelos grandes conglomerados de comunicação, aliados das forças políticas tradicionais. De outro, o pequeno Davi ue são os meios comunitários populares de comunicação.

As pedras utilizadas nessa guerra são, de um lado, grandes cadeias de televisão, rádio e imprensa e, de outro, folhetos, jornais comunitários, rádios comunitárias, centros produtores de imagens, televisões comunitárias e sítios de Iternet, produzidos em reduzidas salas e em quintais improvisados.

Nessa luta, no meio da arena está o Estado. Muitas vezes assume a postura de juiz. Na maior parte do tempo, alia-se ao jogador mais forte, em busca de proteção e abrigo. É assim em democracias frágeis onde sucessivos governos aliaram-se aos grandes conglomerados de comunicação, em busca de apoio político. ´

Foi assim durante mais de 60 anos na Venezuela, país onde se verifica uma das maiores concentrações mediáticas do mundo.

Foi? Ou algo está mudando? Quais fatores levam o país das *misses* a protagonizar o primeiro golpe de Estado midiático de que se tem notícia no mundo? Quais elementos geram o reconhecimento, por parte do Estado, dos meios comunitários populares de comunicação? Até que ponto existe solidez na linha que une os movimentos sociais organizados a um Estado tradicionalmente concentrador?

A Venezuela é um país rico. Detentor de 7,5% das reservas conhecidas de petróleo no mundo e responsável por 13% das importações feitas pelos Estados Unidos, a Venezuela tem no petróleo sua maior força econômica, que responde por 75% das exportações do país. Contudo, segundo dados da FAO, (Food and Agricultural Organization), da ONU, 49% da população têm renda anual inferior a 230 dólares e 80% da população vivem na linha de pobreza. O país ocupa o 75º no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[78] das Nações Unidas feito em 2004, estando acima apenas de países como Peru, Paraguai e Bolívia.

Ex-colônia espanhola, a Venezuela tem sua história fortemente marcada por Simón Bolívar, que em 1813 promoveu uma revolução anti-colonial. Em 1819, com a proclamação da República da Colômbia (formada pelos Estados

78 O Índice de Desenvolvimento Humano é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Trata-se de um medidor da riqueza de uma nação. O índice leva em conta o PIB *per capita*, a longevidade e níveis de educação (analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). C.f. /www.pnud.org.br/idh/ Acesso em 10 de janeiro de 2006.

que hoje compõem o Equador, a Colômbia e a Venezuela), começou a se formar o sonho de Bolivar, de uma integração latino-americana.

A Venezuela vive sua quinta república. O período mais nebuloso do país foi o da chamada “Revolução Liberal Restauradora”, que estabeleceu um domínio ininterrupto no país durante 46 anos (1899-1945). Cipriano Castro, o triunfador na guerra civil de 1899, foi o primeiro presidente de uma dinastia centralizadora.

A Castro se seguiu a ditadura de Juan Vicente Gómez, que em 27 anos de poder estabeleceu as bases da Venezuela moderna: centralizou o país, criou um exército nacional e uma administração nos moldes do estabelecido pelos Estados Unidos. Foi nas décadas de 20 e 30 que se descobriram as jazidas petrolíferas que terminou com o ciclo agro-exportador de café e iniciou o ciclo da Venezuela exportadora de petróleo.

A sequência de governos militares e civis acabou com o advento da ditadura de Marcos Pérez Jiménez (1952-1959), que apoiado no dinheiro do petróleo tentou impulsionar uma política desenvolvimentista de grandes obras públicas.

Após a queda da ditadura de Pérez Jiménez, em 1958, o sistema democrático venezuelano passou a ter por base um pacto populista de conciliação das elites, chamado de *Pacto de Punto Fijo*. Esse projeto de país, que durou quarenta anos (1958-1989), se sustentou na Constituição de 1961 e, segundo Romero, “reconheceu que a existência de diversos partidos e as naturais divergências entre estes podiam ser canalizadas no marco das pautas de convivência e de que existiam interesses comuns na sobrevivência do sistema".[79]

Rafael Duarte Villa,[80] em seus estudos sobre as razões da governabilidade recente na Venezuela, relata que o protagonismo social ganhou força com o esfacelamento do acordo de elites que dominou o país. Durante quarenta anos, o país foi governado por dois partidos, com uma mínima diferenciação política e ideológica: o partido Acción Democrática (AD),

---

79 Romero, 1989, p.25.

80 Rafael Duarte VILLA, Venezuela: mudanças políticas na era Chávez, p.158.

de feições social-democratas, e o Comitê de Organização Política Eleitoral (Copei), representante de um projeto democrata cristão.

Naquela época – como até hoje, na Venezuela em processo de transmutação social – não era possível distinguir as colorações político-ideológicas da AD e do Copei. Neste período, as regras do jogo político estavam tão sedimentadas que, a partir de 1973, os dois partidos detinham juntos 83% das cadeiras da Câmara em um sistema legislativo bicameral.

Para poder governar, os dois partidos incorporaram para junto de si outras forças sociais como a Igreja, as forças armadas, os empresários e, principalmente, os meios de comunicação social. É nessa época que ganham poder as emissoras privadas de televisão e os jornais que representavam as elites, como *El Nacional* e *El Universal.*

O acordo de governabilidade excluía setores como o Partido Comunista e a Frente Socialista, considerados forças desestabilizadoras do nascente sistema democrático. Da mesma forma, ignorava os setores populares organizados, fechando canais de participação cidadã nos rumos do país. Essa mesma estratégia foi verificada em outros países latino-americanos nas décadas de 70 e 80 do século XX, como por exemplo Equador, Bolívia, Argentina e Brasil.

A base material do *Pacto de Punto Fijo* foi dada pela distribuição clientelista da riqueza originada do petróleo. Diz Villa:

> A existência do petróleo condicionou a forma de intervenção do Estado na economia, e também a relação deste com o restante dos atores políticos, tais como partidos, sindicatos, forças armadas e setor privado. Todos estes setores foram subsidiados pelo Estado, fato este que inibiu qualquer possibilidade de crítica sobre as conseqüências futuras do modelo clientelista de conciliação então adotado. [81]

81 *Idem,* p.162.

A crise do petróleo, a partir de 1973, foi a fagulha que incendiaria o acordo de governabilidade. A baixa do preço do petróleo no mercado mundial quebrou o país. Foram anos de má administração, de desvio de recursos para o exterior, de corrupção e de silêncio sobre a crise.

Na Venezuela compactuada, assim como no Brasil calado sob o regime militar, os grandes meios de comunicação camuflavam a realidade. Apresentavam imagens de países prósperos, inseridos no mercado global e pretensamente com índices de crescimento que se refletiam na qualidade de vida da população, o que a realidade desmentia cotidianamente.

Em 28 de fevereiro de 1983, o presidente da República, Luís Herrera Campíns desvalorizou a moeda nacional, o bolivar, como culminância de um processo que incluía, nos últimos anos, a queda substancial dos preços do petróleo, disparada da dívida pública, que fora multiplicada por dez entre 1974 e 1978, e o aumento dos juros para empréstimos. O desemprego disparou, dando início a uma crise, que acabou se mostrando irreversível.[82]

Paralelamente à quebra da riqueza nacional, a adoção de um pacote de medidas neoliberais pelo governo do social-democrata Carlos Andrés Pérez, da AD, em 1989, revelou definitivamente o descontentamento de setores populares venezuelanos. A opção neoliberal, que incluía um forte ajuste fiscal, privatização das principais empresas estatais, com exceção da petrolífera, e o enxugamento da máquina administrativa do Estado – em um país onde o Estado e suas empresas eram os principais empregadores – foi o estopim da revolta.

A crise do sistema fez com que a população civil discutisse as normas de sociabilidade política do *Pacto de Punto Fijo*. Caía a máscara de que havia um consenso no país. Passava a ficar evidente que os conflitos só eram evitados sob coerção e violência. E, principalmente, que apenas as elites eram beneficiárias da “democracia” instaurada no país:

> O primeiro forte sintoma da instabilidade política foi o então denominado *Caracazo*, de 27 de fevereiro de 1989, e que se

82 Gilberto MARINGONI. “Batalha decisiva contra a globalização”. *In.Brasil de Fato*, p. 9.

> constituiu de uma reação militar repressiva dirigida ao protesto de setores mais pobres da população, vindos dos cerros [morros] e dos ranchos [periferia] de Caracas contra as medidas neoliberais de Pérez. Nesse acontecimento morreram aproximadamente trezentas pessoas, de acordo com dados oficiais, e mais de mil, segundo fontes extra-oficiais.[83]

O *Caracazo* foi o primeiro e mais marcante sinal do descontentamento político e social generalizado para com a ineficácia das instituições democráticas face à crise econômica e à ausência de canais de participação política institucionalizados. A revolta popular não foi mostrada pelos grandes meios de comunicação social venezuelanos. Blanca Rosa Eekhout avalia que

> [...] em 1989 o processo inteiro ficou muito mais profundo. O governo de Carlos Andrés Perez, que tinha ganhado as eleições que prometiam devolver o país ao paraíso, impôs um programa neoliberal áspero e houve distúrbios em Caracas. O governo enviou os militares e a polícia para reprimir os distúrbios, e centenas, talvez milhares, foram massacrados no *barrios*. Os meios de comunicação desempenharam um papel interessante. De um lado, a voz do povo, as vozes do *barrios*, não encontraram nenhum eco nos partidos políticos ou nos meios de comunicação. Em vez disso, os meios de comunicação literalmente aplaudiam e celebravam o massacre pela televisão. Por outro lado, a cobertura dos distúrbios pelos grandes meios de comunicação foi um chamado à revolta em todo o país.[84]

Menos de três anos depois, o clima de insatisfação que reinava nas periferias de Caracas e no interior do país garantiu as condições para a tentativa de golpe feita por um grupo de oficiais, liderados pelo então tenente-coronel Hugo Chávez Frias. E foram as redes difusas dos movimentos sociais, sem um centro visível de comando, com seus mecanismos de informação, que difundiram a idéia de resistência entre a população.

---

83 *Idem*, p. 78.

84 Blanca Rosa Eekhout foi diretora da CatiaTV até 2003. Depoimento concedido à autora em 12/09/2005.

Vários autores consideram que Hugo Chávez subiu ao poder por ser um líder nato, descendente de indígenas e por fazer um discurso de repercussão entre a massa. A partir de entrevistas feitas com lideranças populares, e com base em autores como Marta Harnecker, Eva Golinger e Rafael Villas, o presente trabalho analisa o processo venezuelano sob outra perspectiva: a ascensão de Hugo Chávez ao poder só foi possível porque havia uma articulação de forças sociais que se apropriavam dos espaços vazios deixados pelos atores políticos tradicionais.

A partir da segunda metade dos anos 70, a Venezuela passou a viver um silencioso surto democrático revolucionário. Não foi Hugo Chávez quem desencadeou o processo de revolta. Ao contrário, percebeu que a sociedade estava mobilizada e que poderia ser estabelecido um governo popular. Hugo Chávez não foi o articulador das forças políticas populares, e sim o produto da auto-organização popular.

Houve uma rara conjunção de forças no processo de mudança política na Venezuela. É a isso que se refere Sader ao afirmar que

> A luta contra o neoliberalismo é a luta pela afirmação dos direitos consagrados universalmente para todos. Esta luta tem nos movimentos sociais seu principal protagonista, mas somente podem ser consagrados no plano do Estado; de um Estado democratizado que confirme e garanta os direitos para todos através do fortalecimento da sua dimensão política. No caso da Venezuela, um país que vem de um enorme atraso no que se refere à organização popular, representa um bom exemplo de como os movimentos sociais podem ser desenvolvidos e fortalecidos em aliança com governos que realizem uma política que privilegie o aspeto social e as reformas democráticas do Estado. A Venezuela é o país (talvez o único atualmente na América Latina) no qual os direitos sociais avançam em parceria com políticas governamentais e com a ação de movimentos sociais.[85]

85 Emir SADER, *Vozes do mundo com a revolução Bolívariana*. Coleção Temas de Hoy, p.33.

A partir de 1996, Chávez apresentou ao país o Projeto Bolivariano Relançado, que esboça a idéia de uma democracia radical, baseada no conceito de conflitos como elemento essencial da vida democrática, em contraposição ao esperado consenso entre as elites, como base de sustentação do sistema político.

Este projeto vinha ao encontro de uma aspiração manifestada pelos movimentos populares, que defendiam uma nova cultura democrática venezuelana, manifestada nas diversas atitudes assumidas pelo cidadão para expressar seu parecer antes as novas condições que adquire a vida democrática neste contexto.

As mudanças introduzidas nas práticas políticas derivadas dessa concepção radical de democracia se caracterizam por: 1- uma alta mobilidade social; 2- um discurso focalizado nos setores tradicionalmente desmobilizados ou sujeitos sem direitos; 3- uma abertura ou redefinição do uso do espaço público para expressar as exigências sociais e os protestos populares; e 4- uma reestruturação do sistema democrático mediante instituições formais e informais que regem a incorporação do cidadão ao campo político.[86]

O jornalista Atílio Boron argumenta:

> A Venezuela atravessa uma situação muito especial, diríamos que única: é a primeira vez que o povo venezuelano assume um papel protagônico na construção da sua própria história. É a primeira vez que conquista sua dignidade e faz realidade uma cidadania que antes era letra morta. Para o alcançar, teve que limpar as sujeiras de décadas de estéril e corrupto bipartidarismo, e enfrentar uma poderosíssima constelação de interesses – as classes dominantes tradicionais, a igreja, o sindicalismo amarelo, os grandes monopólios midiáticos, a partidocracia decadente, entre outros – dirigida, financiada e promovida pelo governo dos Estados Unidos.[87]

---

86 Juan E.ROMERO; Carlos PINTO; Eduvio Ferrer. *Venezuela - De la coyuntura de quiebre constitucional a la consolidación del gobierno de Chávez (2002-2004)*. UPL, mar. 2005, vol.10, no.28, p.9-48. ISSN 1315-5216.

87 Atílio BORON, *Vozes do mundo com a revolução Bolívariana*. Coleção Temas de Hoy, p.19.

Neste contexto, sob o ponto de vista dos explorados pelo sistema neoliberal emerge o conceito alternativo de comunicação. Trata-se de um projeto que, através de um conjunto de tecnologias e equipamentos que possibilitam a interação entre cidadãos e comunidades e desses com os governos, começa a concretizar uma concepção de país que postula a democracia participativa e protagônica.

Mas não se trata apenas do domínio de tecnologias e do controle dos meios de comunicação. Os povos narram a ascensão histórica de sua consciência com símbolos, sinais e comunicação livre. Havia – e há – na Venezuela um projeto popular de ação comunicacional participativa, que remete à recuperação dos valores e símbolos nacionais, dos sentidos pátrios, dos signos da cotidianidade venezuelana, expresso em danças, cantos, gostos, sons, olhares. São questões da cultura e do espírito, que recuperam seu *status* prioritário na vida da população.

Foi essa articulação social, baseada em aspectos práticos e simbólicos, tendo por alicerce a comunicação comunitária, alternativa, dos *barrios* e da periferia, que permitiu a eleição de Hugo Chávez em dezembro de 1998, pelo Movimento V República (MVR). Ele assumiu a presidência em fevereiro de 1999. Recebeu 58% dos votos válidos, derrotando o candidato Enrique Salas Romer Feo, que propunha a continuidade da agenda neoliberal.

A eleição deu-se pelo voto de uma sociedade civil organizada e vigilante, que exigia respostas às suas expectativas de participação política. Para fazer valer sua opinião, a população desceu os morros e ocupou as ruas. Partiu para o enfrentamento, vestindo-se de vermelho e amarelo, as cores pátrias. Esses mesmos setores progressistas da sociedade civil apoiaram o governo em dois outros processos eleitorais: no chamado processo de re-legitimação[88], em julho de 2000, Hugo Chávez obteve 59,7% dos votos; e, no referendo revocatório de agosto de 2004, obteve 59,1% de adesão popular.[89]

---

88 *Religitimação* foi o ato pelo qual todos os cargos eleitos nas eleições de 1998, desde o presidente até o vereador, foram submetidos a um processo eleitoral de ratificação. *C.f.* Rafael Duarte VILLA, op.cit, p. 82.

89 Dispositivo previsto pela Constituição de 1999, que permite a realização de um plebiscito, no meio do mandato presidencial. Na consulta, o eleitor decide se o presidente da República termina ou não o mandato para o qual foi eleito.

O processo de mudança política por que passa a Venezuela está baseado no desenvolvimento endógeno, na democracia participativa, na inclusão social e no multilateralismo internacional latino-americano. O apoio à Hugo Chávez cresce à medida em que são implementados planos sociais, conhecidos como *Misiones.* Os principais são o programa de atendimento de saúde *Barrio Adentro*[90], que segundo dados do Ministério da Saúde da Venezuela em 2005 atendeu 17 milhões de venezuelanos (78% da população), *e* o programa *Mercal*, de mercados populares abertos nos quais mais de vinte produtos da cesta básica podem ser comprados a preços subsidiados pelo governo. Há também o programa de distribuição gratuita de alimentação pronta a setores populares que vivem em condições de quase indigência.

O plano que possui efeitos de longo prazo concentra-se na área de educação e abrange três frentes: a *Missão Robinson*, que pretendia alfabetizar mais de 1,5 milhões de pessoas entre os anos de 2003 e 2004; a *Missão Ribas*, que objetiva o estímulo ao reingresso no subsistema de segundo grau de pessoas que ainda não concluíram seus estudos; e, por fim, a *Missão Sucre*, dirigida à educação superior, cuja realização mais concreta foi a Universidade Bolivariana, que se propõe incorporar 500 mil estudantes sem vaga no subsistema de educação superior público e privado.[91]

Uma das primeiras medidas do governo Chávez – cumprindo promessa feita em 1993 – foi garantir a realização de uma Assembléia Nacional Constituinte (ANC), que produziria uma nova constituição, aprovada em dezembro de 1999 e que, entre outras coisas, alterou o nome da Venezuela para República Bolivariana de Venezuela.

A Constituição Bolivariana, que substituiu o texto constitucional de 1961, é um dos elementos fundantes da composição política contemporânea da Venezuela. O cidadão venezuelano recorre à Carta Magna para fazer valer seus direitos. Contribui para isso o fato de a “Constituição educativa”, na definição de Luís Bonilla-Molina[92], ser o livro com maior número de cópias em

---

90 O programa social *Barrio Adentro* é composto por médicos, a maioria deles cubanos, que prestam consultas diárias nos barrios e nas regiões mais pobres do país.

91 Rafael Duarte VILLA, op.cit., p. 162.

92 C.f. Luís BONILLA-MOLINA; Haiman EL TROUDI, *Inteligência social e sala situacional*.

toda a história do país. Como disse a venezuelana Maria Del Carmén Diaz, moradora do conjunto habitacional 23 de Enero:

> Nunca tinha entrado numa escola. Meus filhos só entraram aos 9 anos. Isso era coisa para os *blancos* e para os ricos. Mas aprendi a ler na Misión Robisón para poder entender a Constituição. Ali estão os nossos direitos. Agora, eles [as elites] não podem mais nos enganar. O povo sabe de seus direitos. Está na lei. Está no papel.[93]

Ou, como diz Júlia Âmbar Pietro Carazques, do 23 de Enero:

> Tudo o que nos interessa está na Constituição. Essa é a lei do povo. Agora podemos fazer valer nossos direitos. Os ricos, os empresários, os políticos, sempre nos enganaram. Mas agora nós temos uma lei que é nossa, e não vamos mais nos deixar enganar. Os meios de comunicação mentem, mas a lei diz a verdade do povo.[94]

A Constituição bolivariana dedica quatro artigos ao direito à informação (artigos 23, 28, 51 e 143). Outros dois artigos dão as diretrizes relativas à liberdade de expressão:

> Toda pessoa tem direito a expressar livremente seus pensamentos, suas idéias e opinião, de viva voz, por escrito ou mediante qualquer outra forma de expressão, e para isso fazer uso de qualquer meio de comunicação e difusão, sem que possa ser estabelecida a censura. Quem fizer uso desse direito assume plena responsabilidade por tudo o que expressar. Não se permite o anonimato, nem a propaganda de guerra, nem as mensagens discriminatórias, nem o que promova a intolerância religiosa.[95]

Já o artigo 58 da Constituição Bolivariana diz que

93 Depoimento concedido à autora em 1209/2005.

94 Depoimento concedido à autora em 12/09/2005.

95 Artigo 57 da Constituição Bolívariana da Venezuela.

> A comunicação é livre e plural, e comporta os deveres e responsabilidades indicados pela lei. Toda pessoa tem direito à informação oportuna, verdadeira e imparcial, sem censura, de acordo com os princípios desta Constituição, assim como o direito de réplica e retificação quando se vejam afetados diretamente por informações inexatas ou agravantes...

3.2. As estruturas da concentração

Na América Latina, há um oligopólio dos meios de comunicação, como é o caso de Televisión (México), Globo (Brasil), Venevisión (Venezuela) e Grupo Clarín (Argentina), entre outros. Eles representam os grupos que têm maior cobertura de exportação de programas televisivos: 76%, dos quais mais de 20% são distribuídos no mercado de língua hispânica nos Estados Unidos; e mais de 54% que são distribuídos na região latino-americana.

A influência desses meios de comunicação nos governos foi de tal incidência que hoje sua regulação é muito limitada.

> Os meios de comunicação estão nas mãos das classes dominantes, dos poderosos magnatas ou de redes interconectadas e os monopólios os usarão como um instrumento para servir a seus próprios interesses. Deste modo, os meios de comunicação jogam um papel fundamental na transmissão das ideologias dominantes.[96]

Foi a partir de 1979 que começou o processo de expansão das concessionárias das televisões privadas – o mais importante e influente meio de comunicação da atualidade – na Venezuela e a aliança e associação com empresas multinacionais da comunicação. Um exemplo de como a comunicação foi importante para a consolidação do *Pacto de Punto Fijo* é o fato de que, entre 1984 e 1999, terem sido distribuídos a políticos ligados à AC e ao Copei 70 concessões de rádio AM, 238 concessões de rádio FM e 48 canais de televisão.

96 Erick Rodríguez MIÉREZ, op. cit., p.21.

Os detentores dos meios de comunicação social passaram de elite governante a oposição, com a ascensão dos novos atores sociais populares. A sociedade venezuelana hoje é polarizada. De um lado, os *chavistas*, que defendem um governo de matriz democrática participativa. De outro, a oposição, cuja base está nos falidos partidos políticos tradicionais e em setores do sindicalismo, do patronato, segmentos saídos da Petróleos de Venezuela (PDVSA) e dos meios de comunicação, todos ligados às velhas elites.

Os proprietários das mais reconhecidas cadeias de televisão, rádio e jornais nacionais pertencem a grupos econômicos tradicionais venezuelanos. Registra-se no país a propriedade horizontal, a propriedade vertical e a propriedade cruzada dos meios.

Tabela 3.1. Grupos proprietários dos meios de comunicação na Venezuela (2005)

Grupo	**Expoente**	**Meios de comunicação**
Organización Diego Cisneros	Gustavo Cisneros	Venevision- Canal 4
1Broadcasting Caracas[97]	Marcel Granier	Rádio Caracas TV (RCTV), Rádio Caracas Rádio El diário de Caracas

97 A 1 Broadcasting Caracas (1BC) o mais antigo e segundo maior conglomerado de mídia do país. A origem do grupo remonta a 1920, com a chegada do empresário estadunidense Willian H.Phelps, que em 1929 constitui o primeiro holding empresarial, o Sind.Phelps C.A, através do qual se consolidariam várias atividades econômicas nos setores imobiliário e de automóveis. A *Radio Caracas Radio* (RCR) foi fundada em 1930, em parceria com a empresa estadunidense RCA; a *RCTV* foi criada em 1953. Nos anos 80, em parceria com o Grupo Roraima, o conglomerado fundou *El Diário de Caracas*, adquirido em 1998 pelos editores do *The Daily Journal*. Cf.: Berta BRITO. *Los medios de comunicación en Venezuela*. Caracas: Fundación Centro Gumilla, 1983.

Grupo	**Expoente**	**Meios de comunicação**
Grupo Globovisión	Alberto Federico Ravell[98]	Globovisión Canal 33
Grupo Camero	Omar Camero	Televen E (Canal 10)
Grupo CMT	Umberto Petricca Zugaro	CMT
Meridiano TV	Armando de Armas	Meridiano TV
Grupo Mata Osorio-Núñez Tenorio	Miguel Otero	El Universal
Grupo El Nacional – Calvo-Otero	Miguel Enrique Otero	El Nacional Primeira Hora Así es la notícia
Grupo Hans Neuman	Teodoro Petkoff[99]	Tal Cual Daily Journal
Grupo Carriis		El Mundo/Abril Las Ultimas Noticias
Igreja Católica	Arquidiocese de Caracas	La Religión

Fonte: Ministerio da Comunicación e Información; Erick Rodríguez MIÉREZ, *Psicoterrorismo mediático.*Una amenaza a la soberanía nacional.

98 A *Globovisión* é a única emisora com conteúdo totalmente informativo na Venezuela. Alberto Federico Ravell se apresenta como "sócio" de Nelson Mezerhane, dono do Banco Federal e de minas de níquel no país, entre outros empreendimentos. Cf.: Berta BRITO,op. cit.

99 Teodoro Petkoff foi ministro da Cordiplan (Escritório Central de Cooerdenação e Planificação) durante o segundo mandato de Rafael Caldera no governo venezuelano. Sob sua direção foi aplicado o pacote de medidas econômicas neoliberais que integravam a denominada Agenda Venezuela. Passou a dirigir estratégicamente o diário *Tal Cual*, com o objetivo de fazer uma crítica constante e feroz ao governo Chávez. Cf.: Berta BRITO, op. cit.

A concentração da propriedade das emissoras de rádio (65% FM e 35% AM) na Venezuela também é elevada: 20 grupos familiares controlam 60% dos meios radiofônicos no país. Outras características são as propriedades cruzadas, os vínculos mantidos entre si e a adesão aos antigos governos da AP e Copei. Apenas 16 grupos de emissoras detêm a quase totalidade do espaço radioelétrico do país, dos quais 7 circuitos têm o monopólio do rádio.

Tabela 3.2. Grupos proprietários dos emissoras de televisão na Venezuela (2005)

Emissora	**Região do país**	**Grupo proprietário**
Telecaribe (nororiental)	Porlamar	Grupo Miguel Contreras Laguado, César Prato
Telesol (nororiental)	Cumaná	Grupo Marcos López I., Manuel Peñalver
TV Oriente (nororiental)	Pto. A Cruz	Grupo Pasquale Cirigliano
TV Guayana (suroriental)		Grupo de David Natera Febres
TV Televisão -Maracay	Centro-norte Maracay	Grupo de Filippo Sindoni Gioidina Narsette
TV Carabobo /Meninos Cantores TV-NCTV	Centro-norte - Valencia	Grupo Institucional
TV Llanovisión	Sul planos - Barinas	Grupo Douglas Valero
TV Plano	Sul-centro - San Juan dos Bicos	Grupo de Govanni Dei Angellis
Universal Televisão	Sul-planos - Guanare	Grupo de Rafael Camacho
Olimpia Televisão	Norte-oriental - Cumaná	Grupo de Delgado Rivero

Emissora	Região do país	Grupo proprietário
Televisión	Norte-Ocidente - Maracaibo	Grupo de Guillermo González-Rocca-Mazzei
Tele Sucesso	Sul-Oriental - Maturín	Grupo de R. Calvo
NC Zulia (NCTV)	Norte-Ocidente - Maracaibo	Grupo Institucional (Doria)
Promar TV	Norte-Ocidente - Barquisimeto	Grupo de L.M. Kossowsky
Zuliana de Televisão-ZTV	Norte-Ocidente - Maracaibo	Grupo Urdaneta Finol
TV Boconó - Fundação Televisora Cultural Boconesa	Andes Trujillanos - Boconó Trujillo	Grupo Institucional (Pablo Miliam Aranguren)
Amavisión - Vicariato Apostólico de Porto Ayacucho	Porto Ayacucho - Estado Amazonas	Grupo Institucional (A. Divasson, J. Bosco R.)
Telecentro	Norte-Ocidente - Barquisimeto	Grupo VM Barranco-Monte Ganso
NC Televisão Lara C.A. (NCTV)	Norte-Ocidente - Barquisimeto	Grupo Institucional (Bernal Segovia)
Sol-TV	Norte costeiro - Estado de Miranda	Grupo Ruiz Associados
TV Andina de Mérida	Andes - Mérida	Andes Merideños-Mérida
TRT -Televisão Regional do Táchira	Sul-andina - San Cristóbal	Grupo Rueda

Fonte: Erick Rodríguez MIÉREZ, *Psicoterrorismo mediático.*Una amenaza a la soberanía nacional.

Os grupos familiares que detêm o maior monopólio do setor da rádio são: 1. Grupo Rodríguez Miranda; 2. Grupo Carrero; 3. Grupo Gómez-Serfaty-Ross; 4. Grupo Falkenhagen; 5. Grupo Arreaza; 6. Grupo Lebrón; 7. Grupo Jusef; 8; Grupo Mesori; 9. Grupo Simonetti; 10. Grupo Serrano Trias; 11. Grupo

Taffin; 12. Grupo Petrica. 13. Grupo Phelps 1 BC; 14. Grupo Natera; 15. Grupo Rocca Bravo; 16. Grupo Armas Camero; 17. Grupo Núñez Medina; 18. Grupo Carbone; 19. Grupo Grespan; 20. Grupo Belfort.

Tabela 3.3. Emissoras, espaço radial e grupo de controle do rádio na Venezuela (2005)

Emissora	**Espaço radial**	**Estações (AM e FM)**	**Grupo de controle**
Emissoras União Radio Notícias	15%	8 AM e 33 FM	Grupo Gómez Serfaty-Ross.
Circuito Center	15%	4 AM e 24 FM	Grupo Venevisión-Rodolfo Rodríguez
Emissoras Megas	7%	13 FM	
Circuito Radial Tríplice	7%	4 AM e 14 FM	Grupo Falkenhagen.
Circuito Venezuela	6%	12 AM	Grupo Tobías Carrero e Luis Miquilena
Circuito X	6%	15 FM	
Circuito Popular	6%	7 AM e 6 FM	Grupo Seijas – Medina Chapman
Circuito Organização Planeta	5%	11 AM e 11 FM	

Emissora	**Espaço radial**	**Estações (AM e FM)**	**Grupo de controle**
Emissoras Sucessos 99.9	5%	9 FM	
Circuito Líder 9 FM	5%	2 AM e 9 FM	
Circuito Satelital Rumos	5%	9 AM	Grupo Serrano Trías
Circuito Radio Continente	4%	9 AM e 3 FM	Grupo Grespan
Emissora Circuito Belfort	4%	2 AM e 9 FM	Grupo N.Belfort
Emissoras Ondas	3%	6 FM	
Circuito Fé e Alegria	3%	5 AM e 2 FM	
Circuito Melodia Stereo	3%	1 AM e 4 FM	Grupo E.Carbone

Fonte: Erick Rodríguez MIÉREZ, *Psicoterrorismo mediático.*Una amenaza a la soberanía nacional.

Junto às emissoras regionais, os grandes grupos de comunicação atingem e controlam 94% da cobertura nacional televisiva, e têm 85% da potência efetiva irradiada, contra 15% do setor público. Detêm um número superior a 150 repetidoras, enquanto o setor público atinge cerca de 50 repetidoras. Das 44 estações de televisão regional, quase a totalidade se encadeia predominantemente com os canais nacionais *Venevisión, Rádio Caracas Televisão, CMT, Televen* e *Globovisión*.

> Muitos destes grupos oligopólios são parte da chamada "rede burocrática partidária depredadora" que se beneficiou do esbanjamento da renda petroleira. Além do mais, se aliaram e se associaram para criar, tanto na rádio como na televisão, "a aristocracia dos meios de comunicação"; que lhes permitia nomear os ministros e áreas afins como diretores e presidentes de instituições das telecomunicações e a informação, e utilizar aos advogados de seus escritórios para fazer as normas e leis de regulação dos meios de comunicação audiovisual e escritos.[100]

Mais de 80% dos grupos de concessionários que controlam as emissoras regionais de TV estão vinculados ao monopólio das televisões nacionais privadas (grupo 1BC-Phelps-Granier e Organización Diego Cisneros). Além do monopólio da TV regional, esses grupos controlam 75% dos jornais e emissoras de rádio.

Em sua pesquisa sobre os meios de comunicação de massa na Venezuela, Miérez constatou a existência, no país, de mais de 1.000 empresas anunciantes, além de 22 empresas que detêm 4 mil linhas de produtos. O faturamento publicitário equivale a 50 dólares por habitante/ano, sete vezes mais do que o registrado em países com PIB superior ao de Venezuela. Diz o autor:

> Os meios de comunicação adulteram os mecanismos naturais de formação e aglutinação de opinião pública, bem como a relação meios/governos. Distorceram o mercado publicitário e o equilíbrio entre os veículos de comunicação [...] Neutralizam e revertem elementos próprios da cultura e a educação nesta sociedade por outros valores, ou visão, tornando-se inquisidores da massa.[101]

O maior expoente da concentração horizontal, vertical e cruzada da comunicação na Venezuela é a Organización Diego Cisneros, comandada por Gustavo Cisneros, considerado o terceiro homem mais rico da América Latina

100 Erick Rodríguez MIÉREZ, op. cit., p.38.

101 Idem, p.16.

e a 94ª maior fortuna do mundo, com um patrimônio estimado em 5,3 bilhões de dólares em 2003, de acordo com a revista Forbes. O grupo, com 72 empresas, faturou 4 bilhões de dólares em 2003.

A Organização foi fundada pelo cubano Diego Cisneros, que chegou à Venezuela em 1928 e, 11 anos depois, obteve a concessão da Pepsi Cola International no país. Os anos 70 representaram para a corporação o início de sua expansão no mercado nacional, com a aquisição da então falida Televisa, operadora do Canal 4, que a família – Diego e os filhos Ricardo e Gustavo – transformou em Venevisión.

Entre 1984 e 1991 o grupo se voltou à internacionalização de suas ações, com a compra das empresas estadunidenses Evenflo (produtos infantis) e Spalding (produtos esportivos). A maior jogada foi a associação com a latino-americana Univisión, a maior rede de TV em espanhol nos EUA, da qual detém participação de 20%, limite legal autorizado pela lei dos Estados Unidos na área de comunicação.

Nos anos 90, o grupo direcionou 90% dos investimentos para reforçar a aliança estratégica com a Hugues Communications, que permitiu uma nova concentração vertical na área de comunicações através da DirecTV e Galaxy Entertainment Latin América, esta última que representou para o grupo um investimento inicial de 65 milhões de dólares.É associado também da Hicks, Muse, Tate & Furst, na Ibero-American Media Partners, formada em 1997 com um capital de 500 milhões de dólares, para desenvolver programas em espanhol e português para televisão, rádio e Internet.

Tabela 3. 4. Composição empresarial da Organización Diego Cisneros

Atividade	**Empresas**
Transmissão e programação	Caracol Television (Colômbia) Univision: Entravision (parte das ações); Galavision (canal a cabo nos EUA); Telefutura (programas educativos); Univision & Telefutura Television Groups (donos e operadores de 55 estações de televisão nos EUA);.Univision Music Group (35% ddo mercados de música nos EUA e Porto Rico,); Univision Radio (cadeia de rádios); Univision.com (portal de internet em espanhol nos EUA) Venevisión (98% da audiência nacional) Venevision Continental (tv via satélite e cabo para toda a América Latina)
Grupo interativo	Claxson Interactive Group (parceria com a Hicks, Muse, Tate and Furst,. Um provedor integrado de conteúdos de entretenimiento para mercados de lengua española e portuguesa).
Programação	Ibero-American Radio Chile Concierto /Corazón FM /FM Dos /Futuro/ Fit/ Imagina /Pudahuel FM Rock & Pop

Atividade	**Empresas**
Internet	Artist Direct Latin America El Sitio El Sitio Digital Channel
Distribuição e produção	Rodven Investments (em parceria com a Telefônica. Produção de discos, dvds, videos e produções musicais)e Venevision International (produção e distribuição de programas e telenovelas, música, filmes e produções tetarais): FonoLivro; Latcel; Synapsys International; Vene Music; Venevision International Films;Venevision International Productions;Venevision International Theater;Venevision Productions
Entretenimento	Miss Venezuela
TV por Satélite	DirecTV Latin America (parceria com GM Hughes Electronics)
Novos meios e tecnologia	Eccelera (empresa da área de telecomunicações, meios e tecnologia, com sede em São Paulo, Brasil): Aberium; Airgate; Apyon; Digicall; Impactools; T Networks; Linkware; Ponto Cargo; Rotanet; Superbid; Techlink.

	Movida (telefonia cellular) Univision.com (portal de internet, em inglês e espanhol)
Serviços e produtos de consumo massivo	Blockbuster Porto Rico (locadora de vídeos) Cervejaria regional (cervejas) Fisa Kapina (produtos de beleza) Pizza Hut (cadeia de fast-food) Pueblo (cadeia de supermercados) Saeca Travel (agência de viagens)
Produtos e serviços para negócios	Americatel (telefonia digital) Business Service Provider (intermediação de administração) Gaveplast (embalagens em plástico) Summa Sistemas (distribuidora NCR na Venezuela)
Minerais	Mining Operations (exploradora de ouro e minerais)

Fonte: Organización Diogo Cisneros.Disponível em: < www.cisneros.com/> Acesso em: 10 de janeiro de 2005.

3.3. Golpe e resistência

Na apresentação que fez no “1º Simpósio Comunicação para o Século XXI – Observando aos meios”, realizado na Universidade Santiago de Cali, na Colômbia, em 14 de outubro de 2005, Olga Dragnic observou que “os meios [de comunicação] são percebidos como instâncias fiscalizadoras da gestão

pública, como mediadores entre os poderes e os cidadãos, no sentido de articular demandas, descontentamentos e aspirações dos últimos ante as autoridades eleitas".

Desde o começo do século XX, pode-se dividir os meios de comunicação em dois grandes grupos: de um lado, os meios porta-vozes de governos, partidos políticos, setores religiosos ou posições ideológicas. Do outro, as empresas com fins lucrativos, não vinculadas a nenhuma instância política, social ou religiosa.

Estes meios ditos independentes, em sua essência de isenção aos poderes constituídos, se comprometem a cumprir um importante papel na formação cidadã, de forma autônoma. Entretanto, no complexo comunicacional contemporâneo, onde a comunicação firma-se como um poder que suplanta os outros poderes constituídos, verifica-se a tendência das empresas de comunicação de abandonar o *ethos* com que teoricamente foram criadas para se transformarem em porta-vozes de setores políticos e financeiros, ao mesmo tempo que assumem estruturas monopólicas e oligopólicas.

Na Venezuela, no contexto do surgimento de novos atores sociais a partir da falência do modelo neoliberal, as empresas de comunicação que se diziam independentes optaram por assumir uma postura beligerante.

> Deixaram de ser independentes, engrossaram o setor de meios comprometidos com determinada orientação política, transformaram-se em agitadores e com freqüência suplantaram os conteúdos informativos pela propaganda. De forma que os cidadãos só dispunham de informações enviesadas: por um lado, os meios do Estado, com seu tradicional papel de defensores dos interesses do governo de turno, também de corte propagandístico; de outro, os meios privados em seu papel de porta-vozes da oposição.[102]

Desde o início do governo Chávez foram contínuos os enfrentamentos entre o governo e os proprietários dos meios de comunicação mais importantes

102 Olga DRAGNIC, *Una aproximaxión al papel de los Observatórios de Médios en un sistema democrático,* 14/10/2005, mimeo.

do país. Os meios impressos (jornais e revistas) e as cadeias privadas de rádio e televisão converteram-se em lugares privilegiados de crítica ao governo. Confira nas tabelas 3.5. e 3.6:

Tabela 3.5. Emissoras de TV pró e contra o governo

Emissoras de oposição (TV)	**Emissoras pró-governo (TV)**
RCTV	VTV
Venevisión	TeleSur
Televen	
Globovión	

Tabela 3.6. Emissoras de rádio pró e contra o governo

Emissoras de oposição (Rádio)	**Emissoras pró-governo (Rádio)**
FM Center	RNV (Radio Nacional de Venezuela)
92.9 FM Center	RNV Clássica
Angel 93,7 FM	YVKE Mundial
CNB (Circuito Nacional Belfort)	
Circuito Radio Venezuela Maracaibo	
Circuito Radio Venezuela Porlamaro	
Circuito Radio Venezuela Puerto Orlaz	
Circuito Radio Venezuela Caracas	
Fiesta 106,5 FM	
Hot 94,1 FM	
Jazz 95,5 FM	
Kys 101,5 FM	
RCR (Radio Cararas Radio)	
La Romantica	
Rumba 105	
Rumbera 103,7 FM	
Radio Sintonia	
Unión Radio Noticias	

Fonte: Erick Rodríguez MIÉREZ, *Psicoterrorismo mediático.*Una amenaza a la soberanía nacional.

A crítica não está baseada apenas em razões políticas ou econômicas, mas principalmente ideológicas, de classe social. As concepções antagônicas de como deve ser a composição dirigente do país e de qual agenda política deve ser estabelecida por esses atores sociais levou a confrontos como os de abril de 2002, quando aconteceu o primeiro golpe de Estado desencadeado por meios de comunicação social na América Latina. No mesmo ano, a greve geral que parou a indústria petroleira também foi articulada pelos conglomerados de comunicação.

O clímax dos confrontos ideológicos na Venezuela aconteceu nos dias 11 a 13 de abril de 2002, quando um golpe de Estado tirou Hugo Chávez da presidência do país por 46 horas. Os protagonistas foram os dirigentes da estatal petroleira PDVSA, a federação de empresários Fedecámaras, a cúpula sindical CTV (que representa 12,3% dos trabalhadores), setores das Forças Armadas e da Igreja Católica e a Organización Diego Cisneros, através da Globovisión.

Erick Rodríguez Miérez, médico e escritor, classifica a ação dos grandes meios de comunicação na Venezuela, desde 2000, com intensificação em 2002 e 2003, de “psicoterrorismo mediático”, como parte de um plano para derrubar o governo e Hugo Chávez. Segundo o autor, o plano, chamado “Democracia e Liberdade”, foi desenhado pelos meios privados venezuelanos com a assessoria da Agência Informativa (USAI), subjacente do Departamento de Estado de Estados Unidos.[103]

> Os donos dos meios se aliam à direção política de oposição, de acordo com o desenho do plano conspirador denominado “Democracia e Liberdade”, cujo objetivo era desenvolver uma estratégia comunicacional utilizando como método o psicoterrorismo, para tirar Hugo Chávez da Presidência da República. Enquanto se planificava o golpe de Estado, os meios de comunicação executavam sua parte no plano desestabilizador, que consistiu fundamentalmente em infundir e difundir a idéia que o presidente Chávez estava

103 Erick Rodríguez MIÉREZ, *Psicoterrorismo mediático.*Una amenaza a la soberanía nacional, p.3.

> implementando uma revolução orientada a tirar da classe média todo o bem-estar obtido na democracia representativa. [104]

Na época do golpe de Estado, o subdiretor de jornal *Le Monde Diplomatique*, Maurice Lemoine se encontrava em Caracas. Em entrevista a Thierry Deronne, publicada em *Rebelión*, ele afirmou que

> viajei a Venezuela para observar o que se passava. O que me impressionou, em primeiro lugar, foi a campanha mediática. Eu a observeri como jornalista. E me pareceu incrível semelhante grau de violência, desonestidade e desinformação [...] A classe média foi totalmente descerebrada pelos grandes meios de comunicação.[105]

A tentativa de golpe de Estado midiático aconteceu em um país polarizado ideologicamente. O projeto de retomada de poder, tendo à frente Pedro Carmona, foi neutralizado pela organização das classes subalternas, que desceu os cerros e ocupou as ruas de Caracas, forçando a volta do presidente eleito.

Foi um momento de ruptura, de forte conteúdo simbólico.

Emir Sader refere-se ao capital simbólico detido pelos meios de comunicação. Segundo o autor, a informação tornou-se um meio fundamental para formar consciências, para formar a opinião pública e, no caso venezuelano - um exemplo extremado do que acontece praticamente em todos os países do continente - ela reside exclusivamente nas mãos de grupos capitalistas privados, valendo-se de um preceito básico no capitalismo: o respeito à propriedade privada dos meios de produção.

> O interesse da maioria da população se choca com o interesse dos que detêm capital, e estes passam a ter um poder de coação e de

---

104 Idem, p. 72.

105 Thierry DERONNE, "De los náufragos de Esquipulas a la Revolución Bolívariana". Disponível em: <http://www.rebelion.org/venezuela/030930thierry.htm>. Acesso em 12/02/2005.

> impor crise de governabilidade, como no caso da Venezuela. O governo dispõe de meios restritos de divulgação que, ainda assim, sempre apareciam como "estatais", não provindos da "sociedade civil" - categoria utilizada abertamente pela direita com fins golpistas.

A manipulação da informação quebra as barreiras geográficas do país. Ganha mundo. Rompe fronteiras. Um exemplo está na cobertura sobre a Venezuela, feita por dois órgãos de comunicação impressa no Brasil, em 2004. Na semana de 20 de outubro de 2004, o jornal *Brasil de Fato* dedicou meia página (p.5) a uma matéria sobre a *ViveTV*, emissora popular venezuelana patrocinada pelo governo. Na mesma semana, em sua edição de 15 a 21 de outubro, a revista *Veja*, do Grupo Abril, dedicou uma página (p.32) à crítica à Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão – Lei Resorte, de controle da produção e divulgação de informação.[106]

No discurso que fez em 27 de agosto de 2004 à Assembléia Nacional, logo depois do referendo revocatório que confirmou Hugo Chávez na presidência do país, a socióloga Margarita López Maya[107] definiu a sociedade venezuelana como fragmentada em dois pedaços, cujos limites econômicos, sociais, espaciais, culturais e políticos estão traçados a partir de uma perspectiva de classe, para a qual contribui os meios de comunicação social:

> Quem é pobre é *chavista*, pois aí tem a esperança de uma mudança para si ou para seus filhos. O discurso e o projeto bolivariano o incluem, lhe dão uma identidade e um sentido de pertença a partir das quais pode mover-se na selva em que se converteu o planeta globalizado pelo capital financeiro transnacional. Se é de classe alta, é *antichavista*, pois ali lhe prometem um imaginário ocidental e moderno que é fundamentalmente branco anglo-saxão e com o qual se identifica plenamente.

---

106 C.f. Anexo 1.

107 Margarita LÓPES MAYA “Discurso de orden ante la Asamblea Nacional en el acto de reconocimiento de la ratificación de Hugo Chávez como presidente”. 27 de agosto de 2004, Caracas. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2004/septiembre/ibe_005.htm /> Acesso em: 18 de novembro de 2005.

No momento do golpe, foi de fundamental importância a articulação civil que se alicerçou nas informações difundidas pelos meios de comunicação alternativos – rádios comunitárias, folhetos e transmissões clandestinas de TV. Como diz Miguel Urbano Rodríguez, "o povo venezuelano, assumindo uma vez mais o papel de sujeito da história, voltou a derrubar as forças unidas da oligarquia *crioula* e do imperialismo. Sem sua participação decisiva não teria sido possível o triunfo alcançado na confrontação com a confusão golpista que pretendia derrubar ao presidente Chávez".[108]

A composição dos meios de comunicação do governo venezuelano não é a essência deste trabalho. Contudo, destaca-se que, a partir do ano 2000 se inicia uma nova fase de democratização dos meios de comunicação na Venezuela, com a aprovação da Lei Orgânica de Telecomunicações e a Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão, no final de 2004, que em seus 36 artigos regula o funcionamento da televisão e do rádio no país, sob o argumento de que o direito social à informação é a contrapartida do direito individual à liberdade de expressão. Na prática, a lei deve ser aplicada a cerca de 30 canais de televisão, 350 emissoras de rádio e perto de 150 meios audiovisuais comunitários.

Depois da tentativa de golpe de Estado em 2002, o governo abriu os olhos para a comunicação. Uma das medidas foi fortalecer sua plataforma comunicacional, destinando recursos financeiros e técnicos para os meios de comunicação oficiais: *Rádio Nacional de Venezuela*, a agência de notícias *Venpres*, o jornal *Veja*, a emissora de televisão *VTV* e a rede de emissoras de rádio *YVKE Mundial*.

3.4. Trincheiras de organização popular

Na madrugada de 11 de abril de 2002, quando começava o golpe de Estado que tirou o presidente Hugo Chávez do poder por 46 horas, nos bairros pobres de Caracas foram distribuídos 100 mil folhetos, convocando a população a concentrar-se em frente ao Palácio de Miraflores, sede do

108 Miguel Urbano RODRIGUEZ, *Vozes do mundo com a revolução Bolívariana*. Coleção Temas de Hoy, p.51.

governo, em um ato de resistência cívica. A ação foi desencadeada em poucas horas, e surtiu o efeito esperado: cerca de um milhão de pessoas ocupou as ruas que davam acesso à sede presidencial, para exigir o cumprimento de seu voto.

Na mesma ocasião, uma rede de rádios comunitárias começou a transmitir informações, em tempo real, sobre o golpe de Estado, conclamando os grupos de *barrios*, organizações populares e movimentos sociais a se manifestarem contra a ação golpista.

Nos dias 11 a 13 de abril, com a emissora de televisão do governo fora do ar, começaram a ser geradas transmissões clandestinas de imagem, mostrando imagens da manifestação popular nas ruas de Caracas. Era a ação das “TVs piratas”, que, ilegais, “roubavam” o sinal radioelétrico para a difusão de informação.

Na mesma data, entrou no ar um sitio de Internet, o Aporrea, que divulgava, em tempo real, informações do golpe de Estado, e mantinha contato com as organizações populares de resistência. Foram milhares de visitas e troca de informações e notícias em uma semana. Depois de um ano de inaugurado, o Aporrea tinha registradas quatro milhões de visitas.

As ações comunicacionais de resistência foram desencadeadas por integrantes de movimentos sociais, grupos culturais e de trabalho comunitário das periferias de Caracas, comunicadores alternativos de rádios comunitárias, ativistas sindicais, membros de organizações de bairro e dos Círculos Bolivarianos, pessoas das redes sociais e progressistas do país. Foi uma demonstração de que a comunicação é um espaço de disputa política, em que o objetivo é romper com a invisibilidade imposta às classes subalternas.

A comunicação comunitária e popular é uma forma específica de organização popular, baseada na cultura e na positivação dos valores da sociedade. Na Venezuela, os meios comunitários e populares assumem não o papel de observadores, mas de agentes ativos do fato histórico, ao satisfazer não apenas as necessidades de informação de uma parcela da população que não tem acesso aos demais meios, como também, e principalmente, por

ocupar um espaço outrora hegemônico da produção e distribuição da informação e da cultura.

Ao assumir o controle da produção e difusão da informação, mesmo com dificuldades operacionais e de estrutura, os movimentos sociais promovem uma ruptura conceitual de seu papel de agente transformador. Deixam de ser agentes passivos do processo de transformação política e passas a atuar na configuração histórica, utilizando para isso técnicas e discursos, consagrados ou não.

Cansáles refere-se a essa quebra de paradigmas quando diz que a participação política de atores de setores populares da sociedade civil, e sua intervenção no público, se faz a partir da mídia, sendo os meios e as estratégias de comunicação um espaço a partir de onde se constrói a ação política, e não somente um recurso para fortalecê-la.

> Hoje, a tela de televisão e a página do jornal são, essencialmente, a praça ou espaço público onde os políticos fazem política, e portanto os meios, que fazem a intermediação entre a experiência social e a sociedade, vêm ser espaços a partir dos quais se constrói a legitimidade dos atores sociais e políticos e onde se articulam os debates sobre o público. [109]

É preciso distinguir a comunicação comunitária da comunicação popular e, ambas, da comunicação alternativa. A primeira tem suas raízes nas demandas de grupos, de um coletivo ou de um setor, estando vinculada diretamente às questões locais. Já a comunicação popular vai além das referências de espaço e refere-se a questões que dizem respeito a todo o grupo social que representa, esteja ele onde estiver. Já os meios alternativos dizem respeito à alteridade técnica e de discurso.

Na Venezuela, as três vertentes da comunicação não oficial e não comercial se integram. Pelos meios comunitários populares alternativos, o povo

---

109 Andrés CÁNSALES, “Sociedad civil, medios y política en Venezuela: una mirada a suinteracción”. In.: Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos deglobalización”,* p. 155.

fala de si, para os seus iguais. É a expressão da liberdade de consciência, da palavra e da comunicação.

Para Hindu Anderi, produtora e apresentadora do programa "País alternativo", da RNV, esses meios de comunicação nasceram para permitir a comunicação dos movimentos populares empenhados em trabalhar para o reconhecimento cultural coletivo. Constituem um espaço de convivência democrática e participativa, sem preconceitos ou exclusão, rejeitando, na prática, os esquemas da comunicação dominante.

A Venezuela é o único país do mundo a estabelecer um Regulamento de Radiodifusão Sonora e Televisão Aberta Comunitárias. Trata-se de um conjunto de regulamentos de funcionamento dos meios comunitários, que orienta o meio comunitário de comunicação a cumprir com os princípios participativos e democráticos consagrados na Constituição, além de garantir a possibilidade de promover uma comunicação voltada para a transformação social.

Para a democracia participativa da Venezuela, que pretende funcionar de baixo para cima, o povo se representa a si mesmo através dos meios comunitários e populares de comunicação. Nas telas da televisão, nas transmissões de rádios comunitárias, nas páginas de jornais e revistas alternativos, nos sítios de internet, não esperam que sejam representados por outros; tradicionalmente as elites dominantes de pele clara, em oposição à maioria de origem morena indígena.

Nos meios de comunicação comunitária popular, o trabalho é sempre voluntário, feito por cidadãos que assumem a tarefa de gerar comunicação como um serviço social, para “combater o cerco mediático imposto pelos meios privados de comunicação”, na definição do jornalista Gonzalo Gómez.

O voluntarismo não significa falta de profissionalismo. Como projeto político de longo alcance, a comunicação participativa representa também compromisso com qualidade e com competência.

Conforme define a lei venezuelana, os meios de comunicação comunitários e populares são de serviço público, sem fins lucrativos, orientados a difundir a informação de interesse da comunidade, devendo destinar espaços

em sua programação para a participação da comunidade que assegurem “a participação da comunidade, através de uma programação que propicie seu desenvolvimento cultural e socioeconômico, a saudável diversão e a difusão dos valores nacionais”.

4. O ROSTO LOCAL E CONTINENTAL

4.1. Território de comunicação

Produzir comunicação em um espaço urbano deteriorado, em meio à pobreza e à violência, é o desafio enfrentado pelos movimentos populares da *parroquia* (conglomerado urbano regional) 23 de Enero, região Oeste de Caracas.

A difusão de informação em um conglomerado urbano empobrecido é um desafio a ser enfrentado. O crescimento descontrolado das periferias traz problemas evidentes, como a falta de segurança, a falência de serviços públicos, a contestação de normas de convivência e a ruptura dos laços de solidariedade. Neste contexto, faz-se evidente a importância da participação dos movimentos sociais na produção de canais de expressão e de contra-informação, como arma de combate ao preconceito.

A *parroquia* 23 de Enero é um exemplo da ação comunicacional como elemento integrador da população pobre, roubada de seu direito a uma vida digna. Situada na região Oeste de Caracas, 23 de Enero é uma referência de resistência popular e luta social na Venezuela. Maior conglomerado urbano vertical do país (semelhante aos grandes conjuntos habitacionais populares construídos nas periferias das grandes cidades brasileiras), 23 de Enero nasceu como um projeto megalomaníaco do ditador Marcos Pérez Jiménez, no final da década de 50.

O terreno destinado ao conjunto habitacional era ocupado pelas primeiras favelas de Caracas. Os moradores eram pobres, a maior parte migrantes do interior do país, que vinham para a capital em busca de trabalho. As casas eram feitas de madeira e tijolos, e se espalhavam pelos morros, sem infraestrutura e serviços públicos.

Para a construção da Urbanização 2 de Dezembro, o governo Pérez Jiménez ordenou o despejo violento de todas as famílias. Pelo mega-projeto, inspirado nas teorias urbanísticas de Le Corbusier, foram construídos 9.176 apartamentos, em um total de 38 blocos habitacionais de 15 andares e 42 blocos habitacionais de planta baixa, assim como 17 escolas infantis, 8 portões de entrada, 25 edifícios comerciais, 5 escolas de ensino fundamental, 2 supermercados e 2 centros cívicos, para uma população de cerca de 60 mil habitantes.

Foto 4.1.

Conjunto habitacional 23 de Enero, a Oeste de Caracas (Foto: Maria Bernardete Toneto)

Quando Pérez Jiménez foi derrubado do poder, em 23 de janeiro de 1958, os apartamentos ainda não tinham sido vendidos. Neste momento, mais de 4 mil apartamentos foram ocupados por moradores sem-teto, começando assim a história rebelde da periferia. Com o passar do tempo, as áreas verdes

existentes foram ocupadas em um processo de favelamento, passando a constituir o grande conglomerado urbano.

Por causa da ocupação de 1958, e graças à organização popular local, o conglomerado passou a ser conhecido como “zona vermelha” e “favela subversiva”. Durante 40 anos, foi alvo de violentas ações policiais, que incluíam prisões, tortura de líderes populares e mortes.

A principal articulação política é a Coordenação Cultural Simón Bolivar (CCSB), constituída em 17 de dezembro de 1993. Começou em um movimento chamado “Assembléia pela vida”, formado por homens e mulheres pertencentes a diversos grupos culturais e esportivos, juntas de condomínio, associações de vizinhos etc. A idéia era reunir os movimentos sociais comunitários para que apresentassem projetos para o desenvolvimento local e para brigadas de solidariedade.

Foto 4.2.

Imagem de Che Guevara no conjunto 23 de Enero (Foto: Maria Bernardete Toneto)

A CCSB trabalha pelo fortalecimento do poder local, como forma de desenvolvimento da comunidade, baseado na autogestão e co-gestão, tanto dos recursos materiais como humanos, para a concretização de um

desenvolvimento sustentável baseado no protagonismo histórico do povo como sujeito social.

A carta de princípios da CCSB afirma que

> se é certo que o Estado deve garantir o bem-estar social de seu povo, mediante a satisfação de suas necessidades sociais, as comunidades organizadas devem participar ativamente da elaboração de políticas públicas que lhes dizem respeito, tanto para intervir na consignação de recursos para as favelas como para a justa distribuição das verbas para o poder local, e, em conseqüência, o poder regional e nacional.

A CCSB atua em duas frentes: organização de bairros, com a participação real da comunidade na solução dos problemas enfrentados pela favela, e na discussão de políticas públicas, assim como para o fortalecimento de uma verdadeira liderança coletiva.

A primeira experiência comunicacional do 23 de Enero foi o jornal *Sucre en Comunidad*, informativo da favela Sucre. O periódico é bimestral e traz informações locais, notícias da organização da comunidade, análises de políticas nacionais de interesse da população e matérias que visam a integração de grupos organizados.

Fotos 4.3.; 4.4.; 4.5

Reprodução de capas dos jornal *Sucre en Comunidad,* da Parroquia 23 de Enero

O 23 de Enero conta também com um sítio de internet voltado apenas para a comunidade, onde são divulgadas histórias, noticias, comentários de interesse local, atividades culturais, fotografias e um livro de visitas.

Questionado a respeito de um sítio de internet em uma comunidade onde há carência de acesso à internet, o morador Carlos Gustavo Ramírez argumentou:

> O fato do povo não ter acesso à Internet não significa que não estejamos na rede. Ocupar espaços é uma ação revolucionária. E ocupar os espaços dos meios de comunicação é mais revolucionário ainda.
>
> Em 23 de Enero queremos não apenas ocupar as ruas e os espaços públicos. Vamos ocupar os espaços cibernéticos, o espaço das televisões e das rádios, as redações dos jornais. Cansamos de ser objeto de mentira. Os grandes meios de comunicação só mostram o 23 de Enero como lugar de bandidos, de delinqüência, de violência.e também lugar de conflitos, como se esses conflitos não fizessem parte da vida de todos.
>
> Nunca sai uma matéria, uma notícia de nossas conquistas, de nossas festas, de nossas culturas. Somente com nossos meios comunitários é que vamos quebrar esse bloqueio, mostrar a cara do povo de verdade, nossos valores. E fazer comunicação é uma forma de resistência política e cultura.[110]

O discurso do morador de 23 de Enero rompe com uma visão instrumentalista de muitos movimentos sociais, que vêem a comunicação circunscrita à utilização do meio técnico de comunicação, sem dimensionar sua relação com o cotidiano e com os valores transformadores intrínsecos do ato comunicacional. Osvaldo Leon esclarece:

> [...] isso não é alheio ao modelo reducionista que consagrou o próprio processo de institucionalização mediática, que faz com que a informação se superponha à comunicação, e o dado à informação. E que, por isso mesmo, os setores subalternos busquem firmar-se [nesse modelo] para poderem ser levados em conta, apesar de

110 Depoimento concedido à autora em 15/09/2005

> internamente se moverem com uma lógica diferente. E é precisamente por isso que, na dinâmica social, aos poucos se afirma o critério de que é fundamental reivindicar e tornar realidade o sentido etimológico de comunicação, que implica diálogo, interação, intercâmbio, para construir acordos comuns, consensos entre as partes envolvidas no processo, sem que isso signifique unanimidade.[111]

As experiências comunicacionais do 23 de Enero são financiadas por autogestão, através do apoio das comunidades e grupos populares. Mantêm-se com dificuldades econômicas – tanto na impressão de *Sucre en Comunidad* quanto na manutenção do sitio de internet e manutenção de rádio comunitária –, respeitando a decisão coletiva de manter-se independente do governo central.

Em um conglomerado urbano como o 23 de Enero, os meios de comunicação comunitários tornam-se ferramentas de aglutinação da população, de democratização das informações que interessam à comunidade e formadores de sentidos coletivos.

A capacidade de organização desenvolvida no território livre de 23 de Enero não pode prescindir da utilização dos meios de comunicação comunitários. As lideranças dos movimentos sociais articulados na CCSB alimentam a expectativa de constituir emissora de rádio e TV comunitária.

Foto 4.6.

Transmissão de rádio comunitária (Foto: Juan Diaz)

111 Osvaldo LEÓN et al., C*omunicación en movimiento*, p.38.

Há pleno reconhecimento de que os meios de comunicação são fundamentais para o projeto político popular pois, como disse a moradora Alicia Fernandez Sorbol,

> já perdemos muito espaço por não sabermos nos comunicar. Os meios de comunicação burgueses aqui na Venezuela mentem, escondem, falseiam a realidade. Nós temos uma organização sólida, somos protagonistas da história do 23 de Enero. Não podemos errar no mais elementar, ou seja, fazer e mostrar o que fazemos. A elite sabe fazer propaganda; nós temos de aprender. A elite sabe mentir; nós temos de aprender a mostrar a verdade.[112]

Esse posicionamento da moradora de 23 de Enero revela uma visão protagônica da história. E uma abertura ao conhecimento, que leva à transformação.

Ao dizer que "a elite sabe mentir, nós temos de aprender a mostrar a verdade", Alicia revela: 1. a consciência de que há um conflito de interesses entre as classes hegemônicas e as classes subalternas; 2. o reconhecimento de que a verdade mostrada nos meios de comunicação social é relativa, atende a interesses de classes e que não podem ser interpretada como absoluta em uma situação de conflito; 3. a abertura à possibilidade do conhecimento não apenas das técnicas que envolve os meios de comunicação social, mas ao discurso que abre caminhos à participação popular; e 4. a intenção não de repetir os erros das classes hegemônicas – o "mentir" – mas de estabelecer um processo honesto e democrático em relação à realidade.

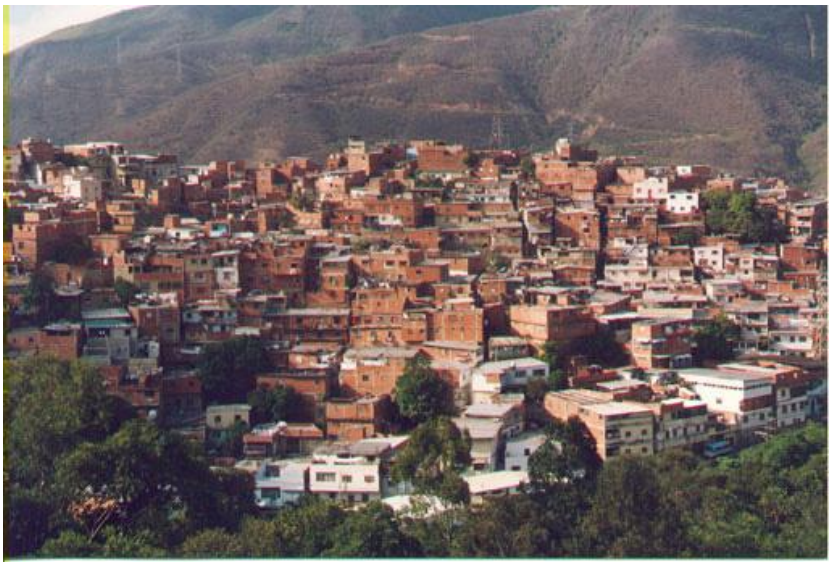
112 Depoimento concedido à autora em 15/09/2005

4.2. Catia TV em ação[113]

O projeto comunicacional em Catia começou informalmente, em 1989, no *barrio* Simón Rodríguez, do setor "Manicómio". Cinco jovens – Ricardo Márquez, Blanca Eekhout, Leafar Guevara, Eliano Camili e Wilfredo Vásquez – ocuparam um espaço abandonado no setor e, com jovens da comunidade, fundaram a Casa de Cultura Simón Rodríguez. Em seguida, fundaram o Cineclube Manicômio, que deveria ser utilizado como uma ferramenta audiovisual de ação da comunidade.

O cineclube Manicómio projetava um filme por semana, nas arquibancadas do campo esportivo do Moinho. Os filmes eram emprestados pelo Conselho Nacional da Cultura (Conac). O equipamento utilizado era um já obsoleto projetor de 16 milímetros, comprado a prestações da Federação Venezuelana de Centros de Cultura Cinematográfica (Fevec).

Foto 4.7



Vista dos morros do bairro de Catia, a Oeste de Caracas (Foto: Maria José Gonzalez)

O projeto de expandir as projeções ganhou fôlego com a doação de um projetor de vídeo e, em seguida, de uma câmera de vídeo, utilizados para

113 Este item foi elaborado a partir de entrevistas concedidas à entrevistadora durante o trabalho de campo, além do depoimento prestado por Blanca Eekout, cuja íntegra encontra-se nos Anexos deste trabalho.

captar e transmitir imagens da própria comunidade, antes da exibição dos filmes. A primeira gravação da Catia TV foi “Paradura del niño”, organizada pela Casa da Cultura Simón Rodríguez. Para surpresa dos organizadores, a exibição das imagens feitas na comunidade reuniu mais de 1 mil pessoas, mais de 10 vezes o número de espectadores das sessões improvisadas de cinema.

A exibição das primeiras imagens captadas no bairro de Catia teve um papel fundamental para a organização do *barrio*. Pela primeira vez, os moradores sentiram-se cidadãos e manifestaram, em assembléia, que queriam ser protagonistas de sua própria história. As imagens da histórica assembléia mostram depoimentos de moradores emocionados ao ver sua imagem na tela do campo de esportes. Muitos criticaram o conteúdo dos programas televisivos venezuelanos. Outros exigiram a democratização dos meios de comunicação, sistematizando o descontentamento com a programação em uma crítica à família Cisneros, proprietária da *Globovisión*.

Blanca Eekout argumenta:

> As grandes mídias seqüestraram para si o direito humano das maiorias de comunicarem-se. A ditadura midiática conta com uma impunidade total que condenou os povos a sofrer o seqüestro de seu direito a comunicar-se de maneira livre e ativa.[114]

A *Catia TV* passou a funcionar apenas com uma câmera – ou “camarita”. Os produtores começaram a entrevistar a população do *barrio*, mostrando denúncias e reportagens sobre os problemas locais, como falta de água e saneamento básico, dificuldades de acesso a serviços de saúde e à justiça, críticas à alta dos preços e denúncias de corrupção das instâncias políticas decisórias locais. Ou seja, a tecnologia abriu espaço para o exercício da cidadania.

A Catia TV capturava os sinais de emissoras de Caracas e transmitia sua programação clandestinamente. A ação, ilegal conforme a lei de regulamentação de radiodifusão da época, era justificada como “uma ação revolucionária, de utilização social de um bem público, no caso a televisão”.

114Depoimento concedido à autora em 15/09/2005

Uma das estratégias adotadas pelos produtores da Catia TV esteve baseada na percepção da importância do esporte para o povo. Aproveitavam a paixão dos venezuelanos pelo beisebol e passaram a transmitir as partidas locais. Nos intervalos, no lugar da publicidade comercial, invadiam o sinal para veicular os vídeos produzidos durante a semana.

O morador Juan Gómez resume o sentimento da comunidade nessa época:

> Aqui em Catia ninguém mais queria ver os filmes americanos. Todo mundo queria ver o vizinho, o que estava acontecendo na comunidade, quais eram as lutas que estavam acontecendo. Claro que não eram aquelas ruas bonitas e iluminadas do centro de Caracas, eram os becos, as ruelas, mas pela primeira vez a gente se via na televisão. Era gente de carne e osso, que todo mundo conhecia. E era muito bonito.

A articulação comunicacional em Catia cresceu em 1996, quando foi criado o Centro de Cultura Cinematográfica Lanterna Mágica, de integração audiovisual, com projeto de constituir uma emissora comunitária de televisão, a princípio em circuito fechado. Em 2000, mesmo sem um marco legal que permitisse a existência de meios comunitários, entra no ar a Catia TV.

Em 30 de março do ano 2001 a Catia TV foi ao ar oficialmente, com habilitação outorgada pelo Estado venezuelano. A inauguração foi feita pelo presidente Hugo Chávez, no Hospital de Lídice, área do Manicómio.

Foto 4.8

Protesto contra fechamento de Catia TV, em 2003 (Foto: Arquivo Catia TV)

O reconhecimento do direito da comunidade a ter uma emissora comunitária de televisão em Catia foi simbólico no processo de democratização dos meios de comunicação na Venezuela. A luta pela criação de um marco legal que permitisse a criação de meios comunitários só foi vitoriosa em 2002, três anos depois de Hugo Chávez assumir a presidência da República. O Regulamento de Radiodifusão Sonora e Televisão Aberta Comunitárias foi sancionado depois da aprovação da Lei Orgânica de Telecomunicações, aprovada pela Assembléia Nacional em 2000, e depois de um ano de debates e ajustes com o Conselho Nacional de Telecomunicações (Conatel).

Depois de se tornar legal, Catia TV estruturou-se a partir de equipes de produção. Cada Equipe Comunitária de Produção Audiovisual Independente" (Ecpai) se organiza por setor territorial ou setor social, onde pertencem a uma organização. A função de Catia TV é assim definida em seu estatuto:

> Servir como ferramenta para a organização e para o aprofundamento de discussão em torno da comunicação que temos, de caráter mercantilista, para a comunicação que queremos como povo, de caráter democrático e participativo, onde as comunidades constróem seus próprios discursos audiovisuais fazendo seu o espectro radioelétrico.

Cada Ecpai desenvolve seu trabalho partir do contato direto com sua realidade e com a participação das comunidades. As equipes discutem os audiovisuais com sua comunidade, projetando-as através de Catia TV e compartilhando experiências com as outras comunidades.

Fotos 4.9 e 4.10

Estúdio de gravação e produção de Catia TV (Fotos: Arquivo Catia TV)

A democratização na produção e difusão da informação quebra o paradigma da centralização do conhecimento da técnica e das estruturas institucionais. Robert White sustenta que os movimentos sociais perfazem

> [...] um padrão de comunicação que emerge por fora, em oposição à estrutura de comunicação institucional, hierárquica, não democrática, existente na sociedade. A fim de reforçar a identidade e a lealdade, tendem a introduzir e legitimar um padrão alternativo de comunicação, que em relação ao padrão dominante enfatiza que todos os membros têm direito a obter e fazer aportes comunicativos no momento que quiserem; que os membros podem participar de todas as fases do processo coletivo de tomada de decisões em comunicação; que podem envolver-se na comunicação horizontal entre indivíduos e grupos sem ser objetados pela comunidade; que a

> comunicação seja dialógica no sentido que todos os membros têm direito de réplica e de esperar uma réplica direta.[115]

O projeto de disseminação de televisões comunitárias pelo país inclui a realização de oficinas de produção audiovisual, em Caracas e em cidades menores do país. O plano de formação de Catia TV se fundamenta em duas linhas estratégicas: a formação e capacitação na construção de discursos audiovisuais e a discussão de um modelo comunicacional desde, por e para o povo.

As oficinas duram três finais de semana consecutivos, onde são desenvolvidas técnicas participativas – os alunos começam a produzir para a própria Catia TV – com o objetivo de que o grupo participe, reflexione, dialogue, compartilhe e analise, partindo da própria realidade e experiência dos participantes, com seus próprios códigos, e de uma forma amena, motivadora, que suscite e mantenha seu interesse.

Em Catia TV, a comunicação não se resume à apropriação das tecnologias. Significa novas relações comunitárias, de partilha de saber e conhecimento, que possibilitam à comunidade re-significar suas vidas e suas histórias e redistribuir esse conteúdo, por um meio – no caso eletrônico – para toda a sociedade. Como diz Osvaldo León,

> Nas novas expressões organizativas [...] a preocupação com a comunicação e a cultura é muito sentida, tanto que buscam romper o ostracismo, a "invisibilidade" social de que tem sido vítimas, para afirmar sua presença pública, saindo do armário. Uma contingência cuja ação, mais que referir-se ao Estado – por demais seriamente enfraquecido em relação a suas responsabilidades sociais – aponta em direção à opinião pública, em cuja conformação gravitam os meios de comunicação.[116]

115 Robert WHITE, "Democratización for communication as a social movement process", *apud* Osvaldo LÉON et al, *Comunicación en movimiento,* p. 39.

116 Osvaldo LEÓN et al., *Comunicación en movimiento,* p.38.

4.3. Telesur e TV Brasil

O venezuelano Símon Bolívar , chamado de “o Libertador” por ter comandado a luta pela independência em seu país, sonhava uma América Latina integrada. Bolívar pensava em um hemisfério colombiano[117], que se concretizaria em uma confederação de repúblicas no continente, cada uma delas com suas próprias leis mas unida culturalmente.

As idéias de integração na América Latina aparecem com mais força nos países de colonização espanhola, em campanhas militares que, de um lado, buscavam libertar os países do jugo colonial e, por outro, fundi-los em nações livres, maiores e armadas.

O elo de ligação dessas nações, segundo Bolívar, enredaria três eixos: o idioma castelhano, as tradições de matriz indígena e a religião católica trazida pelo colonizador de origem espanhola. A base de seu pensamento estava na noção de solidariedade, que uniria todo o continente sul-americano em oposição aos Estados Unidos, que ele já constatava como país com vocação expansionista e de caráter escravocrata.

Em uma das centenas de cartas que escreveu durante toda sua vida, Bolívar expressa que

> Depois de quinze anos de sacrifícios consagrados à liberdade da América para obter o sistema de garantias que, em paz e guerra, seja o escudo de nosso novo destino, já é tempo de que os interesses e as relações que unem entre si às repúblicas americanas, antes colônias espanholas, tenham uma base fundamenta que eternize, se possível, a duração desses governos. [118]

117 O termo colombiano seria, segundo Bolívar, um tributo de justiça e gratidão a Cristóvão Colombo, quem primeiro chegou ao continente. A “grande pátria” latino-americana seria chamada Colômbia e conformaria uma república central com sede em uma cidade que se chamaria Las Casas.

118 Simón BOLIVAR. *La esperanza del universo.* Apud: Maria Susana Arrosa SOARES, “Integração latino-americana: o retorno a uma antiga idéia”. In.: Maria Nazareth FERREIRA (org.), *Cultura, comunicação e movimentos sociais,* p.36. Tradução da autora.

O sonho de Bolívar não se concretizou pelos caminhos que ele esperava, ou seja, de solidificação de processos políticos institucionais.

Nas duas últimas décadas do século XX, verificou-se no continente latino-americano um aumento das negociações comerciais, com acordos multilaterais de cooperação – a exemplo do Mercado Comum do Sul, o Mercosul -, acordos bilaterais e tentativas de arranjos econômicos capitaneados pelos Estados Unidos, a exemplo da malfadada tentativa da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Investidas de transnacionais e investimentos maciços nas economias da região transformaram o perfil continental. O capitalismo tenta fazer aquilo que a articulação política não conseguiu na época de Bolivar. Conforme argumenta Eugenio Bucci, muito lenta e superficialmente a aproximação comercial entre os países sul-americanos se manifesta no âmbito cultural.

O jornalista lembra recentes tratados que têm como objeto a produção cinematográfica, assim como os festivais dedicados à produção audiovisual, feiras de livros, festivais de música etc., expressões que considera periféricas de um movimento econômico mais profundo, que não tem nada a ver com a essência do melhor que se pode entender por cultura. “O fato de que os bens culturais são também mercadorias e de que sua circulação seja condicionada pelas leis do mercado explica a maneira com a cultura reflete a integração econômica, o que nos leva a um retrocesso”.[119]

> Quando buscamos no passado e também no presente as experiências que têm como tema a integração do continente, verificamos a cultura e a comunicação aparecem como cortesias, como um enfeite [...]
>
> E por integração devemos entender a aproximação horizontal entre sujeitos sociais de nacionalidades distintas, que compartilham projetos comuns em um ambiente de pluralidade.

---

119 Exposição durante o Seminário Internacional Televisão e Integração Sul-americana. Brasília: 27-28/09/2005. Disponível em: < http://www.radiobras.gov.br/>. Acesso em: 22/03/3006.

A partir do final dos anos 90, com o advento de governos com bases populares, começaram a surgir propostas de integração continental a partir dos meios de comunicação subsidiados com verbas estatais.

A idéia por trás das propostas, discutidas em encontros de chefes de Estado desde 1996, era investir em meios de comunicação – em especial redes de televisão e rádio, jornais de circulação nacional e sítios de internet – que cumprissem dois papéis fundamentais: 1. Opor-se ao discurso dos grandes conglomerados de comunicação que dominam a cena comunicacional no continente; 2. Possibilitar a existência de canais alternativos de comunicação e informação, que expressassem a diversidade, a pluralidade e as contradições culturais das América Latina, que, no dizer de Aharonian, "é um continente em gerúndio, em permanente construção, que ferve e se inventa".

Aharonian defende:

> Desde o Norte nos vêem em branco e preto, sobretudo em preto. Só aparecemos nas notícias se nos ocorre uma desgraça – e, em realidade, somos um continente em *technicolor*. Começamos a nos ver com nossos próprios olhos, a nos reconhecer, a ganhar confiança, para poder nos integrar. Trata-se de recobrar a palavra, de recuperar a memória, as tradições, nossos próprios conhecimentos ancestrais. É hora de nos olharmos no espelho e passar do eterno diagnóstico imobilizador à ação. Há quem diga que outro mundo é possível. Mas nós, os latino-americanos e caribenhos, faz muitos anos que sabemos que outro mundo não é possível senão necessário, imprescindível, e que devemos construí-lo todos os dias, e todos juntos, unidos.[120]

Aharonian refere-se a um dos dois projetos comunicacionais de integração latino-americana em curso desde o início do século: a *TeleSur*, canal a cabo transmitido por satélite para 22 países. O outro projeto é a *TV Brasil – Canal Integración*, em português e espanhol.

O conceito por trás das emissoras é a formação de redes de produção, de distribuição e de difusão de informação. Surgem como projeto de troca de saberes regionais, de entendimento de raízes históricas e culturais comuns e

---

120 Depoimento à autora, 10/09/2005.

do papel estratégico que “a livre troca e circulação das produções audiovisuais nacionais representa para a cidadania e para o desenvolvimento econômico e social dos povos do continente", conforme Antonio Senna, em pronunciamento no Seminário sobre Televisão e Integração na América do Sul.[121]

A *TV Brasil – Canal Integración* foi concebida como um canal *público* internacional do Estado Brasileiro, que reúne os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A coordenação é de um Comitê Gestor, que funciona no âmbito da *Radiobrás (*empresa pública de comunicação do governo), formado por representantes do Executivo (um representante da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República, um representante do Ministério das Relações Exteriores e um representante da Radiobrás - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.), Legislativo (um representante da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e um representante da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal) e Judiciário (Supremo Tribunal Federal), e cuja função é operar todo o funcionamento editorial e administrativo do projeto de prestação de serviços de televisão para o exterior.

A operação técnica do canal está a cargo da Radiobrás, cujo estatuto foi modificado para contemplar o funcionamento dos serviços de televisão para o exterior. A direção do canal, a programação e as diretrizes das coberturas jornalísticas são coordenadas pelo Comitê Gestor. A parte operacional é desenvolvida por uma equipe profissional, integrada por pessoal da *TV Câmara, TV Senado, TV Justiça* e *Radiobrás*.

A primeira transmissão, em caráter experimental, da TV Brasil aconteceu entre 26 e 31 de janeiro de 2005, durante o 5º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Durante seis dias, foram produzidas mais de 90 horas de programação em espanhol - 15 horas de transmissão diária em média. Foram feitas 26 entrevistas exclusivas, 15 debates, um telejornal diário de 30 minutos e a transmissão ao vivo das principais atividades do evento. O lançamento oficial

---

121 C.f.: Radiobrás, **“***Telesur* e TV Brasil integram por meio da comunicação, dizem palestrantes”. Disponível em: < http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=241530>. Acesso em: 12/03/2006.

foi em 30 de setembro de 2005, com a cobertura especial da 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações.

Sinais transmitidos por um segmento espacial no satélite NSS-806, cedido pela empresa Newskies, permitem que a programação chegue a países das Américas e Europa Ocidental. Nos Estados Unidos, a rede APTN retransmitiu os primeiros sinais da TV Brasil para 500 emissoras de 180 países. As emissoras VTV (Uruguai), Canal 7 (Argentina), Vive TV (Venezuela), TVE (Espanha) exibiram parte da programação.

Em 2005, o projeto consumiu R$ 8 milhões. A dotação orçamentária prevista é da ordem de R$ 14, 5 milhões, dos quais R$ 12 milhões da Radiobrás, R$ 1 milhão do Senado Federal, R$ 1 milhão da Câmara Federal e R$ 500 mil do Supremo Tribunal Federal. O rateio previsto na criação do Comitê Gestor é de 50% dos custos bancados pela Radiobrás, 20% pela Câmara, 20% pelo Senado e 10% pelo STF.

Por causa do projeto da TV Brasil, o Brasil não entrou no projeto da *Telesur*, capitaneado pela Venezuela.

Com o lema “Nosso norte é o Sul”, a *Telesur* constitui-se a segunda emissora de alcance continental hoje em ação. Transmite sua programação para 22 países da América a partir da Venezuela. É uma sociedade multi-estatal, com a participação de quatro países: Venezuela, com 51%; Argentina, com 20%; Cuba, com 19%; e Uruguay, com 10%. O orçamento da emissora no ano de sua fundação, 2005, foi de US 10 milhões.

A inauguração da emissora foi em 24 de julho de 2005. *Telesur* conta com um conselho assessor, integrado por 26 intelectuais, escritores e personalidades da esquerda, entre eles o escritor uruguaio Eduardo Galeano, o nicaraguense Ernesto Cardenal, o cineasta argentino Fernando “Pino” Solanas e o britânico de origem paquistanesa Tariq Ali.

A *Telesur* prioriza a notícia em sua programação, com uma cobertura internacional determinada pelos agentes sociais dos países membros e pelos correspondentes permanentes em Bogotá (Colômbia), Brasília (Brasil), Buenos Aires (Argentina), Caracas (Venezuela), Cidade do México (México), Havana (Cuba), Montevidéu (Uruguai), La Paz (Bolívia) e Washington (Estados

Unidos). A iniciativa é assim justificada pelo jornalista brasileiro Beto Almeida, representante da *Telesur* no Brasil:

> A Telesur tem uma vocação para a informação. É um contraponto à mentira dos grandes meios de comunicação no continente. É um contraponto à concentração midiática. E temos muito clara qual é nossa missão. Não existe imparcialidade. As grandes mídias não são imparciais. Elas são favoráveis à defesa de programas econômicos neoliberais, defendem a continuidade da desnacionalização da economia, de planos econômicos que levaram a América Latina a viver essa situação de miséria. Isso não é imparcialidade. Nós tampouco somos imparciais. Somos independentes porque não temos vinculação com agentes interessados no lucro. Nós defendemos aquilo que está preconizado nas constituições dos países: a integração latino-americana.

Há coincidências nos dois projetos de televisão continental. *TV Brasil* e *Telesur* surgem concomitantemente, a partir de iniciativas de presidentes eleitos com plataformas reformistas. As duas iniciativas têm por canteiro os dois países que determinam a agenda latino-americana há últimos dez anos: de um lado o Brasil, considerado a principal força econômica abaixo da linha do Equador, e a Venezuela, que ressalta no cenário internacional graças á riqueza do petróleo.

Os dois projetos propõem-se promover a integração da América Latina a partir da comunicação. Ambos prometem romper o cerco comunicacional dos grandes conglomerados de comunicação, que limitam a ação dos respectivos governos-sede. As plataformas de intenções coincidem na defesa de redes de produção, de distribuição e de difusão de informação. Concordam com a não dependência de grandes grupos empresariais nem de elementos publicitários, para que seja dada voz aos cidadãos e não aos anunciantes.

Ambas iniciativas estão baseadas no princípio de produção e distribuição de informação em rede. Parte do pressuposto de intercâmbio de produções continentais, promovendo a integração informativa e cultural. Os dois projetos envolvem mais de uma nação e abre perspectivas de direção

compartilhada. O idioma oficial é o espanhol, ou seja, há o reconhecimento de que a língua é o primeiro e fundamental elemento de integração dos povos.

Dois projetos iguais? Apenas aparentemente.

Uma questão de fundo marca a diferença entre os dois projetos de comunicação: o papel do Estado na criação de canais de expressão cultural alternativa e sua relação com outras nações em busca da integração regional, em resistência aos países dominantes – leia-se, no caso, os Estados Unidos.

A *TV Brasil* é um canal público pertencente ao Estado brasileiro, uma conjunção de forças institucionais do país, voltado para outros países. A *Telesur*, ao contrário, é uma multi-estatal de comunicação para a América Latina, com proposta de ser um canal independente.

Na *Telesur*, a pluralidade começa com a composição da empresa - Venezuela, Argentina, Uruguai e Cuba, e seus múltiplos atores sociais. A articulação institucional, administrativa e financeira dos quatro países leva, necessariamente, ao diálogo. Essa integração é feita em uma mesa de negociações, em um jogo democrático que exige clareza de intenções e compreensão das diferenças – inclusive econômica, já que a Venezuela entra com o maior aporte financeiro por conta da riqueza advinda do petróleo.

No projeto brasileiro, a composição está centralizada no próprio Estado e em seus componentes. A alteridade restringe-se à carta de intenções que prega a abertura a um pensamento plural e democrático, sem contudo especificar as forças que podem ser representativas dessa pluralidade. Reproduz-se, aí, uma relação de poder em direção ao outro, do produtor em direção ao consumidor (do conteúdo), do detentor do meio ao público final, mesmo que esse público seja, ele também, produtor de conteúdo.

A experiência da *Telesur* tem raízes democratizantes revolucionárias. É dialógica e transformadora em sua essência. Da TV Brasil ainda desprende-se o olhar externo, de quem mira de dentro de um espectro fechado para fora do seu raio de ação.

Nota-se, na experiência brasileira, uma ação utilitária do meio, mesmo que o discurso seja integracionista. Sintoma disso é o fato de a TV Brasil, nascida em um país de língua portuguesa, emitir um conteúdo em espanhol

feito por jornalistas falantes do português e, curiosamente, produzir programas em “portunhol” com legendas em português.

Os dois projetos comunicacionais ainda são embrionários. No entanto, é importante considerar que, em suas cartas de intenções, na sua constituição formal e na prática desenvolvida, há contradições no foco dado ao Estado, aos atores sociais envolvidos e aos parceiros que constituem o objeto da integração regional.

Um projeto é melhor do que o outro? Ainda não há respostas para essa pergunta.

Qual contempla de forma mais sólida o projeto de integração latino-americana, a partir da prática da comunicação? Aquela proposta que se mostrar mais coerente no projeto de rompimento das relações de injustiça, poder e violência humana, social e política que marcam o continente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sonho de Bolívar não morreu. Forças vivas em todo o continente latino-americano prosseguem no sonho de construir caminhos de integração. E, para isso, os meios de comunicação se constituem ferramentas fundamentais de construção de canais de participação cidadã.

Na América Latina, simbolizada pela Venezuela em processo de governança partilhada, e no Brasil de contrastes e de relações conflituosas, o papel dos meios de comunicação social, sejam eles públicos, privados ou comunitários, deve ser o de construir sentidos e promover a cidadania. Promover união e não confronto. Educar. Formar. Partilhar.

As práticas comunicativas dos movimentos sociais da América Latina dependem de vários fatores: maturidade política, o grau de inserção na comunidade, a compreensão da importância dos meios como elemento de organização e resistência, a correlação de forças estabelecida com o Estado e poderes constituídos e, com grande relevância, a capacidade financeira de produção e difusão da mensagem.

Essas diferenças, contudo, não podem ser limitadoras da ação, que se espera organizada e conjunta. O grave é perceber a mentira e não lutar contra. É ter a verdade e não acreditar nela, deixando de difundi-la. Por quais meios? Os que forem possíveis e passíveis de serem usados: os espaços obtidos nos grandes meios, nos pequenos meios, nos canais horizontais de informação e formação, construtores da cidadania.

Em entrevista, o jornalista Aram Aharonian reconhece que os movimentos populares organizados, durante anos defenderam apenas a idéia da comunicação popular alternativa, mas não souberam implementa-la. Não é à toa que as rádios comunitárias, as emissoras de TV comunitárias e alternativas, os meios alternativos de comunicação significam, na América Latina, apenas 5% da audiência ou de leitura. As exceções – dos quais a *Catia TV*, na Venezuela, e os produtos informativos do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil são expressões – confirmam a regra.

Dois desafios se impõem aos movimentos sociais populares no continente:

1- Pensar localmente, criando estruturas de comunicação alternativas aos grandes meios, que falem a língua – política, cultural e emocional – das massas para ampliar as possibilidades de participação.

2- Pensar globalmente, ou, no dizer de Aram Aharonian, “pensar grande”. Trata-se de difundir perspectivas diversas e plurais em torno dos grandes temas e preocupações que afetam os coletivos, para o fomento do debate e a consciência crítica cidadã.

A humanidade atravessa momentos críticos que ameaçam sua existência, produto do impacto devastador das ações imperialistas, assinaladas pela ambição desmedida e pela irresponsabilidade. Para isso, recorrem à desestabilização, à manipulação da educação e dos sistemas de consumo e à conspiração midiática.

Para poder estar na guerra ou na batalha das idéias é preciso usar as mesmas armas que o inimigo, e saber usá-las melhor que eles. E as mesmas armas do inimigo são as mensagens organizadas, a constituição de redes de informação, as novas tecnologias.

Nunca, como hoje, houve tanta informação e tanta desinformação. Nunca a verdade foi tão relativa e a mentira tão absoluta. Nunca valores fundamentais para o ser humano, como igualdade, solidariedade e partilha,

foram tão esgarçados em nome do capital, do lucro e dos desejos de uma minoria.

O desafio, portanto, persiste: como não perder o trem da história, que segundo os pensadores marxistas é irreversível? Como construir um caminho integrado de sentidos, de culturas, de saber e fazeres múltiplos, construindo unidade na diversidade?

As perguntas estão dadas. Cabe agora a todos nós encontrar as respostas. De preferência, coletivamente, como tem de ser a construção da utopia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

I. BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Angel. *Crisis de los partidos y auge de los medios como agentes de legitimación y de socialización política*. In *Medios de comunicación y responsabilidad ciudadana*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1995.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Belo Horizonte: Humanitas/Editora UFMG, 2000.

ARBEX JR., José. *Showrnalismo. A notícia como espetáculo.* 3. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização. As conseqüências humanas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005

BRITO. Berta. *Los medios de comunicación en Venezuela*. Caracas: Fundación Centro Gumilla, 1983.

BLOCH, Ernst. *El principio esperanza*. Vol.I. Madri: Editorial Trotta, 2003.

BONILLA-MOLINA, Luís; EL TROUDI, Haiman. *Inteligência social e sala situacional*. Caracas: UBV, 2004.

BORON, Atílio. *Vozes do mundo com a revolução bolivariana*. Coleção Temas de Hoy. Caracas: MCI, 2005.

CANCLINI, Nestor García; RONCAGLIOLO, Rafael. *Cultura transnacional y culturas populares*. Lima: Ipal, 1988.

_____. *Políticas culturales y crises del desarollo: un balance latinoamericano*. In FERREIRA, Maria Nazareth (org.). *Cultura, comunicação e movimentos sociais.* São Paulo: Celacc-ECA/USP, 1999.

CÁNSALES, Andrés. *Sociedad civil, medios y política en Venezuela: una mirada a suinteracción*. In MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos deglobalización*. Caracas: FACES/ Universidad Central de Venezuela, 2004.

CARDENAL, Ernesto. *Vozes do mundo com a revolução bolivariana*. Coleção Temas de Hoy. Caracas: MCI, 2005.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

DOMÍNGUEZ, Fernando Buen Abad. *Política de comunicación.* Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2005.

DOWNING, John D.H. *Mídia radical*. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Maria Nazareth (Org.). *Cultura, comunicação e movimentos sociais.* São Paulo: Celacc- ECA/USP, 1989.

_____*. Globalização e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cebela, 1995.

_____. *A comunicação (Des)Integradora na América Latina – Os contrastes do neoliberalismo.* São Paulo: Cebela, 1995.

FIORI, José Luís. *Brasil no Espaço.* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos.* São Paulo: Cia. das Letras, [1994] 1998.

IANNI, Octávio. *A crise de paradigma em sociologia*. Campinas: Unicamp/IFCH, 1992.

_____*. A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

_____*. A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KUCINSCKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica.* Ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. *Enigmas da modernidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉON, Osvaldo et al. *Comunicación en movimiento.* Quito: Agência Latino-americana de Información, 2005.

MARX, Kart; ENGELS, Friederich. *La ideologia alemana.* Buenos Aires: Pueblo Unido, 1973.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. II. São Paulo: Nova Cultura, 1978.

MIÉREZ, Erick Rodríguez. *Psicoterrorismo mediático.* Una amenaza a la soberania nacional. Coleção Comunicação Responsável. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2005.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

PERUZZO, Cicília Marai Krohling. *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Comunicação para a cidadania.* São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação.* Petrópolis: Vozes, 2004.

ROMERO, Aníbal. *Situación y perspectivas del sistema político venezolano*. In. MAGALLANES, Manuel Vicente (org.). *Sistema político venezolano, clubes franceses y tendencias electorales*. Caracas: Consejo Supremo Electoral, 1989.

MARTÍ, José. *Poesía completa.* Madri: Alianza Editorial, 2001.

MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação.* Mídia, mundialização cultural e poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização.* A nova divisão internacional do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

RODRIGUEZ, Miguel Urbano. *Vozes do mundo com a revolução bolivariana*. Coleção Temas de Hoy. Caracas: MCI, 2005.

ROUQUIÉ, Alan. *América Latina. Introducción al Extremo Ocidente*. Cidade do México: Ed. Siglo Veinteuno, 1989.

SADER, Emir. *Vozes do mundo com a revolução bolivariana*. Coleção Temas de Hoy. Caracas: MCI, 2005.

_____. *Os porquês da desordem mundial*. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2002.

SODRÉ, Muniz. O globalismo como neobarbárie. In MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____*. Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ (Org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Coleção Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos*.* Porto: Afrontamento, 2003.

WHITE, Robert. *Democratización for communication as a social movement process*. In LÉON, Osvaldo et al. *Comunicación en movimiento.* Quito: Agência Latino-americana de Información, 2005.

II. ARTIGOS

AMARAL, Roberto; GUIMARÃES, César. *Media monopoly in Brazi*l. In *Journal of Communication*, 44(4). Pensylvania: Pennsylvania State University, 1994.

BANCO MUNDIAL. *Desigualdad en América Latina y el Caribe.* Ruptura con la história?. Cidade do México: 03/10/2003. Disponível em: < http://wbln0018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/>.

CENTRO CARTER: *Resumen Ejecutivo del Informe Integral.* Caracas: Centro Carter/OEA, 2004.

CEPAL. *Equidad y transformación productiva: un enfoque integrado*.

DERONNE, Thierry. "De los náufragos de Esquipulas a la Revolución Bolívariana". Disponível em:

<http://www.rebelion.org/venezuela/030930thierry.htm>. Acesso em 12/02/2005.

DRAGINIC, Olga. *Una aproximaxión al papel de los Observatórios de Médios en un sistema democrático,* 14/10/2005, mimeo.

MARINGONI, Gilberto. “Batalha decisiva contra a globalização”. In *Brasil de Fato.* São Paulo: 10/06/2004.

LIMA, Venício A. de. *Globalização e políticas públicas no Brasil. A privatização das comunicações entre 1995 e 1998*. In *Revista Brasileira de Política Internacional*. n.41.Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1998.

_____*. Globalização das comunicações: o novo e o velho no sistema brasileiro.* Pre-Textos. Salvador: Faculdade de Comunicação da Universidade da Bahia, 1998.

PETRAS, James. *El mito de la tercera revolución científico-tecnológica en la era del imperio neo-mercantilista*. In *Rebelión.* Disponível em: http://www.rebelion.org/petras/revcient280701.htm>. Acesso em: 18/10/2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Figuras das máquinas censurantes modernas*. In *Revista de Comunicação e Linguagens*. N. 1. Porto: Afrontamento, 1985.

ROMERO, Juan E.ROMERO; PINTO, Carlos; FERRER, Eduvio. *Venezuela - De la coyuntura de quiebre constitucional a la consolidación del gobierno de Chávez (2002-2004)*. Caracas: UPL, 03/ 2005, vol.10, no.28, p.9-48. ISSN 1315-5216.

SANTOS, Milton. “A vontade da abrangência”. In *Mais!, Folha de S.Paulo*, 20/06/1999, p. 3.

SODRÉ, Muniz. *Eticidade e campo comunicacional:* Sobre a construção do objetivo. Paper apresentado no V Congresso Latino-americano de Ciências da Comunicação. Santiago do Chile: 04/2000.

SOLOMON, Norman. “A mídia, um poderoso arsenal de guerra”. In: *Brasil de Fato*. São Paulo: 20/11/2003, p.11.

SOUZA, Hamilton Octavio de . “A violência da imprensa”, São Paulo: 01/04/2005. Disponível em: <http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/midia/hamiltonimprensa.htm>. Acesso em: 28/10/2005.

VILLA, Rafael Duarte. *Venezuela: mudanças políticas na era Chávez*. São Paulo: Estudos Avançados, Setembro/Dezembro 2005, vol.19, n.55.

DERONNE, Thierry. "De los náufragos de Esquipulas a la Revolución Bolívariana". Disponível em: <http://www.rebelion.org/venezuela/030930thierry.htm>. Acesso em 12/02/2005.